



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JULIANA DE CÁSSIA SILVA NASCIMENTO

ENSINO DE CONTABILIDADE PÚBLICA APLICADO NA GRADUAÇÃO: um estudo sobre os conhecimentos adquiridos na visão dos alunos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de João Pessoa/PB

**JOÃO PESSOA – PB
2014**

JULIANA DE CÁSSIA SILVA NASCIMENTO

ENSINO DE CONTABILIDADE PÚBLICA APLICADO NA GRADUAÇÃO: um estudo sobre os conhecimentos adquiridos na visão dos alunos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de João Pessoa/PB

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora Prof (ª): Ms. Vera Lúcia Cruz

JOÃO PESSOA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N224e Nascimento, Juliana de Cássia Silva.

Ensino de contabilidade pública aplicado na graduação: um estudo sobre os conhecimentos adquiridos na visão dos alunos de ciências contábeis das instituições de ensino superior de João Pessoa-PB. / Juliana de Cássia Silva Nascimento. – João Pessoa: UFPB, 2014. 94f. :il

Orientador(a): Prof^a. Ms. Vera Lucia Cruz
Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Discentes de ciências contábeis. 2. Ensino de contabilidade pública. 3. Instituição de ensino superior. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 657.1:336.7

JULIANA DE CÁSSIA SILVA NASCIMENTO

ENSINO DE CONTABILIDADE PÚBLICA APLICADO NA GRADUAÇÃO: um
estudo sobre os conhecimentos adquiridos na visão dos alunos de Ciências
Contábeis das Instituições de Ensino Superior de João Pessoa/PB

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Professora Ms. Vera Lúcia Cruz
Orientadora (UFPB)

Professor Dr. Epitácio Ezequiel de Medeiros
Examinador (UFPB)

Professor Ms. Marcelo Pinheiro de Lucena
Examinador (UFPB)

João Pessoa, 26 de Março de 2014.

Dedico este Trabalho aos meus pais, Luciana Maria da Silva Lopes e Marcos Souza do Nascimento, por todo o esforço, dedicação e apoio em cada momento de minha vida, e ao meu namorado Daniel Amaro da Rocha Coutinho, por estar sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua bondade e infinita misericórdia e por estar sempre guiando meus caminhos;

A minha família, meus pais Marcos e Luciana, e meu irmão Antonio Marcos, por toda dedicação e amor em todos os momentos de minha vida;

Ao meu namorado Daniel, por seu apoio, dedicação e companheirismo, estando sempre ao meu lado;

Aos meus verdadeiros amigos, sempre aptos a ajudar, tais como as amigadas que conquistei no decorrer deste curso, Camila Maia e Joyce Bezerra;

A todos os professores que contribuíram para que eu aprendesse tudo o que hoje sei, em especial a minha orientadora, Vera Lúcia Cruz que compartilhou seu conhecimento me apoiando e ajudando na elaboração deste trabalho;

A meus parentes, em especial meus tios Marilane e Francisco Tavares, por sempre incentivarem os meus estudos, e confiarem em meu potencial;

E a todos aqueles que contribuíram direto ou indiretamente, em minha formação, bem como na conclusão desta pesquisa.

“Deixe nas mãos do Senhor tudo quanto
você faz, e todos os seus planos serão
bem sucedidos”.

Provérbios 16:3

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo a apresentação de um panorama acerca da opinião dos alunos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das principais Instituições de Ensino Superior de João Pessoa, acerca do ensino e aprendizado destes quanto a Contabilidade Pública. No que se refere aos procedimentos metodológicos o trabalho teve o cunho descritivo e abordagem quantitativa, valendo-se da pesquisa de campo e tendo em sua instrumentalidade a aplicação de questionários. Neste contexto, foi analisada a visão dos alunos de ciências contábeis em cinco IES de João Pessoa acerca de seus conhecimentos em Contabilidade Pública e da abordagem deste assunto pelas instituições pesquisadas. Com a realização desta pesquisa foi possível descrever o perfil dos respondentes e avaliar sua opinião quanto aos assuntos correlatos à temática em questão. Constatou-se que a opinião dos alunos respondentes com relação ao ensino oferecido pelas IES acerca da Contabilidade Pública bem como o aprendizado nesta área não apresentou resultados completamente positivos, revelando segundo a opinião dos respondentes diversos pontos a serem melhorados.

Palavras - chave: Discentes de Ciências Contábeis. Ensino de Contabilidade Pública. Instituições de Ensino Superior.

ABSTRACT

This monograph aimed to present an overview on the opinion of undergraduate major students at Higher Education Institutions of João Pessoa, regarding teaching and learning in Public Accounting. Regarding the methodological procedures, this work had a descriptive character and quantitative approach, drawing a field research and applying questionnaires. In this context, we examined students' views of accounting sciences in five HEIs in João Pessoa about their knowledge in Public Accounting and treatment of this subject by the institutions surveyed. In conducting this research it was possible to describe the profile of the respondents and to assess their views on the subject related to the concerned subjects. It was found that the respondents' opinion about the teaching offered by HEIs on Public Accounting and learning in this area had not been completely positive, revealing in the opinion of many respondents points to be improved.

Key words: Students in Accounting, Public Accounting Education, Institutions of Higher Education.

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Campo de Atuação da Contabilidade Pública.....	26
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Universo da Pesquisa e Amostra.....	37
Tabela 2 – Perfil dos Respondentes.....	40
Tabela 3 – Abordagem e compreensão das IPSAS.....	42
Tabela 4 – Quantidade de disciplinas oferecidas pela Instituição.....	44
Tabela 5 – Conhecimento prático em Contabilidade Pública adquirido na graduação.....	45
Tabela 6 – Conhecimento teórico adquirido em Contabilidade Pública.....	46
Tabela 7 – Conhecimento técnico em Contabilidade Pública.....	47
Tabela 8 – Metodologia utilizada para assimilação dos assuntos de Contabilidade Pública.....	50
Tabela 9 – Tempo de abordagem dos assuntos de Contabilidade Pública.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível e conhecimento acerca das IPSAS.....	48
Gráfico 2 – Conhecimentos acerca das mudanças provocadas pelas IPSAS.....	49
Gráfico 3 – Desempenho das IES.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cursos de Ciências Contábeis Presenciais por Estado no Brasil.....	32
Quadro 3 – Grade Curricular das IES de João Pessoa.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS

ASPER - Associação Paraibana de Ensino Renovado

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CNE/CES- Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação

IBRACON - Instituto dos Auditores Independente do Brasil

IES –Instituições de Ensino Superior

IESP - Instituição de Educação Superior da Paraíba

IFAC - International Federation of Accountants

IFRS - International Financial Reporting Standard

IPSAS - International Public Sector Accounting Standart

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LUMEN - Faculdade de Ciências Contábeis Luiz Mendes

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

PPA – Plano Plurianual

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UNIPÊ - Centro Universitário de João Pessoa

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	15
1.1Delimitação do Tema e Formulação do Problema da Pesquisa.....	16
1.2Objetivos	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 Justificativa.....	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 Contabilidade Pública.....	19
2.1.1Conceito de Contabilidade Pública	20
2.1.2 A contabilidade na Administração Pública.....	22
2.1.3 Campo de Atuação da Contabilidade Pública.....	24
2.1.4 Evolução da Contabilidade Pública no Brasil.....	26
2.1.5 Mercado de Trabalho para Contabilidade Pública	29
2.2 Evoluções do Curso de Ciências Contábeis no Brasil	30
2.2.1 A grade Curricular e Ementas do Curso de Ciências Contábeis	33
2.2.2 O ensino de Contabilidade Pública nas Instituições de Ensino Superior.....	33
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
3.1 Classificações da Pesquisa.....	35
3.2 Universos da Pesquisa e Amostra.....	36
3.3 Coleta de Dados	37
3.4 Análises dos Dados e Discussão dos Resultados.....	39
4 CONCLUSÃO	54
4.1 Limitações da Pesquisa.....	55
4.2 Sugestões para Trabalhos Futuros	55
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO.....	60
ANEXO A: Grade Curricular, Contábeis Noturno - UFPB.....	61
ANEXO B: Grade Curricular, Contábeis Diurno - UFPB	62
ANEXO C: Plano de ensino, Contabilidade Pública e Governamental - ASPER.....	63
ANEXO D: Grade Curricular detalhada – INPER(ASPER)	66
ANEXO E: Grade Curricular - IESP	70
ANEXO F: Plano de ensino, Contabilidades Governamental - IESP	71

ANEXO G: Plano de ensino, Contabilidades Governamental II - IESP.....	73
ANEXO H: Grade Curricular - LUMEN.....	75
ANEXO I: Plano de ensino, Contabilidades Governamental - LUMEN	76
ANEXO J: Plano de ensino, Orçamento Governamental - LUMEN	79
ANEXO K: Plano de ensino, Laboratório Contábil – UFPB	81
ANEXO L: Plano de ensino, Contabilidade Pública -UNIPÊ	88
ANEXO M: Grade Curricular - UNIPÊ	90
ANEXO N: Plano de ensino, Contabilidade Pública – UFPB	92

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais a Contabilidade Pública, através do processo de convergência, está passando por um período constante de mudanças na sua forma de execução, visto que no Brasil até meados de 2010 o único controle existente era o desenvolvido por seu setor de patrimônio, abrangendo as aquisições, transferência e baixas de seu imobilizado, conforme destacado na Lei 4.320/64. A partir do ano de 2010 aconteceram algumas mudanças, dentre elas a obrigatoriedade da contabilização da depreciação dos bens e a exigência do controle de custos no setor público, conforme descrito no art. 50 § 3º da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4 de maio de 2000: “A Administração Pública manterá sistemas de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”.

Estas e outras mudanças que estão por vir serão de grande valia como forma de melhoria nos controles e nas informações prestadas. Tendo em vista a ausência de detalhes nas informações da Contabilidade Pública, surgiu a necessidade da adoção das *International Public Sector Accounting Standard* (IPSAS), estas são as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. As IPSAS são Normas Internacionais emitidas pelo *International Federation of Accountants* (IFAC), a tradução destas normas para o português foi um trabalho conduzido pelo Comitê Gestor da Convergência no Brasil, executado pelo conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto dos Auditores Independente do Brasil (Ibracon), que são os tradutores oficiais no Brasil das Normas Internacionais editadas pelo IFAC, estas normas almejam melhorar a qualidade na elaboração das demonstrações contábeis por entidades de setor público. Para Silva (2012), com a divulgação das IPSAS traduzidas, a contabilidade passa a construir um campo de estudo da observância econômica com o objetivo de estudar o desempenho da gestão e levar ao conhecimento mais amplo da situação financeira e patrimonial, bem como possibilitar a identificação de perspectivas futuras das entidades públicas.

O impacto que está sendo causado por estas mudanças no setor público através das IPSAS foi comparado ao embate causado pela adoção da *International Financial Reporting Standard* (IFRS) nas empresas do setor privado, segundo o professor do curso de ciências contábeis da Trevisan Escola de Negócios, José

Geraldo Basante(2011) O prazo para adoção das IPSAS a princípio era 2012, mas foi adiado para 2014 conforme a portaria 753/12 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os municípios que não se adaptarem a tempo a estas normas terão restrições para tomar empréstimos e perderão o direito de receber repasses voluntários da União, via convênios. Diversos benefícios serão alcançados com a aplicação destas normas internacionais do setor público, dentre eles a facilitação na contratação de empréstimos com organismos internacionais, visto que poucas entidades internacionais entendem ou interpretam as demonstrações financeiras do setor público brasileiro, deste modo da harmonização com as normas internacionais ocasionará em mais acesso ao crédito internacional.

Com base nas transformações previstas, evidencia-se a necessidade de se pensar naqueles que ainda irão para o mercado de trabalho, como por exemplo, os estudantes de ciências contábeis. Diante do cenário de mudança faz-se necessário a identificação dos conhecimentos que estão sendo gerados nas instituições de ensino superior de João Pessoa, por meio de um estudo acerca do ensino de Contabilidade Pública nestas instituições.

1.1 Delimitação do Tema e Formulação do Problema da Pesquisa

A cada dia percebe-se a crescente necessidade de qualificação dos profissionais para o ingresso no mercado de trabalho, seja no âmbito público ou privado, neste sentido, no ramo da contabilidade não é diferente. Por este motivo pode-se perceber hoje, muito mais que antes, que as pessoas buscam mais a qualificação por meio de cursos de ensino superior. Estes estudantes e futuros profissionais, em sua maioria, esperam que ao concluírem os cursos de graduação estejam capacitados para exercer as funções previstas, a exemplo da área pública da contabilidade, que a cada dia vem carecendo de profissionais atualizados frente às mudanças que já ocorrera, bem como as que ainda estão por vir com a implantação das Normas Internacionais Aplicadas ao Setor Público, as quais estão previstas para implemento de exigência no Brasil a partir de 2014.

Com base no exposto questiona-se, qual a opinião dos discentes das principais instituições de ensino superior de João Pessoa acerca do ensino e dos conhecimentos adquiridos na área da Contabilidade Pública?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o ensino oferecido e os conhecimentos adquiridos em Contabilidade Pública na graduação de ciências contábeis, segundo os alunos destes cursos das IES de João Pessoa.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar o conhecimento dos estudantes adquirido acerca da Contabilidade Pública.
- b) Relacionar a quantidade de disciplinas que abordam a Contabilidade Pública na graduação de ciências contábeis, nas principais IES do município de João Pessoa.
- c) Examinar a ementa das disciplinas de Contabilidade Pública, das instituições investigadas.
- d) Analisar o conhecimento dos estudantes acerca da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), previstas para o ano de 2014.

1.3 Justificativa

A necessidade da implantação das Normas Internacionais Aplicadas ao Setor Público no Brasil surgiu com a intenção de tornar as demonstrações contábeis mais transparentes, confiáveis e comparáveis, neste sentido Silva (2012) declara:

Com a edição das IPSAS traduzidas a Contabilidade Pública brasileira dá um passo importante no sentido da sua normatização contábil, na medida em que sua adoção produzirá mudanças nos estudos da taxonomia contábil. A contabilidade passa a constituir um campo de estudo da observação econômica com o objetivo de estudar o desempenho da gestão e levar ao conhecimento mais amplo da situação financeira e patrimonial, bem como possibilitar a identificação de perspectivas futuras da entidade pública.

Espera-se dessa forma que as IPSAS sejam de grande valia para a Contabilidade Pública, assim como as IFRS tem sido para a contabilidade privada, visto que esta ciência tem por finalidade prestar informações úteis aos usuários para a tomada de decisões e, deste modo, a Contabilidade Pública reveste-se de necessidade de transparência e qualidade nas prestações de contas, levando em consideração a natureza coletiva da propriedade dos recursos.

Verifica-se que estas mudanças exigirão profissionais qualificados para a obtenção de bons resultados na aplicação das Normas Internacionais no segmento da Contabilidade Pública, em contrapartida espera-se que os profissionais sejam bem preparados nos cursos de ensino superior dentre eles o de graduação em Ciências Contábeis.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exigiu maior rigor dos municípios, passou por consequência de sua implementação a gerar uma melhor análise dos resultados apresentados por sua execução orçamentária. Além desta lei, as instituições públicas diretas e indiretas devem seguir a Lei nº 4.320/64, que instituiu normas para o balanço e orçamento público, no que diz respeito aos controles orçamentários e fiscais. No entanto, a partir das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em convergências com as IPSAS, será obrigatório o uso de todas as regras contábeis, tendo como foco a aplicação da Ciência Contábil e dos padrões internacionais.

Outro aspecto abordado pela convergência diz respeito à gestão do patrimônio público, visto que este não visa o lucro financeiro e sim o lucro social, tendo em vista o bem estar da população. De acordo com a Constituição Federal de 1988 são estabelecidos três instrumentos de gestões orçamentárias compostas, quais sejam o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), assim descrito em seu art. 165, § 9º, inciso I: “dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual”.

Contabilidade Pública, como ramo da ciência contábil tem por finalidade fornecer aos usuários da Administração Pública informações sobre a organização e execução dos orçamentos, normas para registro das entradas das receitas e desembolsos das despesas, controles, registros e acompanhamento das variações patrimoniais do Estado, e ainda normas para prestação de contas dos responsáveis por bens e valores e de contas do governo, controle de custos e eficiência do setor público, conforme Jund (2006, p.440).

O processo de convergência em que se encontra a Contabilidade Pública, com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor

Público, a qual permitirá melhor comparabilidade das demonstrações contábeis e mais transparência no setor público.

2.1.1 Conceito de Contabilidade Pública

De acordo com Jund (2006), a Contabilidade Pública é o ramo ou especialização da ciência contábil que aplica, na Administração Pública, as técnicas de registro e avaliações contábeis de acordo com as normas gerais do Direito Financeiro, tendo o seu diploma legal fundamentado na Lei nº 4.320/64, a qual aborda as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Corroborando com essa definição Araújo e Arruda (2009 p.48) conceitua:

A Contabilidade Pública é uma especialidade da contabilidade voltada ao registro e à avaliação do patrimônio público e suas respectivas variações, abrangendo aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais, constituindo-se em importante instrumento para o planejamento e o controle da administração governamental.

Seguindo as definições dos autores as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 16.1), definem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público como sendo o ramo da ciência contábil que aplica os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis, tendo como objeto o patrimônio público, sobre o qual deverá fornecer informações aos seus usuários dos atos e fatos, bem como, os resultados alcançados, com relação aos aspectos de natureza física, financeira, orçamentária e econômica, devendo refletir sistematicamente o ciclo da Administração Pública, apoiando o processo de tomada de decisão, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

Definindo de uma forma mais sintética, Angélico (2006, p.107) conceitua a Contabilidade Pública da seguinte maneira: “Contabilidade Pública é a disciplina que aplica, na administração pública, as técnicas de registros e apurações contábeis em harmonia com as normas gerais do Direito Financeiro”.

Em conformidade com as definições citadas, Martins (2012 *apud* BEZERRA, 2008, p.133) define a Contabilidade Pública dessa forma: “Contabilidade Governamental é uma especialização da Contabilidade, voltada para o estudo e a análise dos atos e fatos que ocorrem na Administração Pública”. Apoiando este

pensamento Pires (1996 *apud* BEZERRA, 2008, p.133), conceitua: “Contabilidade Pública é o ramo da contabilidade que coleta, registra e controla os atos e fatos da Fazenda Pública, mostra o Patrimônio Público e suas variações, bem como acompanha e demonstra a execução do orçamento”.

Corroborando Araújo e Arruda (2009, p.18), definem este ramo da contabilidade do seguinte modo:

A Contabilidade Pública corresponde à contabilidade aplicada as entidades públicas, cuja finalidade é determinar procedimentos normativos para que os fatos decorrentes da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das mesmas realizem-se em perfeita ordem e sejam registrados sistematicamente, de modo a mostrar, em épocas prefixadas, os respectivos resultados.

Além de conceituações, fala-se também das diversas diferenças encontradas entre a contabilidade aplicada ao setor público e ao privado. De acordo com o pensamento de Andrade (2012, p.6) uma diferença entre estes ramos da contabilidade é o fato de que na contabilidade privada pode-se fazer tudo o que a lei não proíbe, enquanto na Contabilidade Pública permite-se apenas o que a lei determina, de acordo com o princípio da legalidade.

Outra diferença considerável diz respeito a sua finalidade, pois enquanto a contabilidade privada visa o lucro financeiro ou econômico, a contabilidade aplicada ao setor público tem por finalidade a preocupação com resultados sociais que beneficiem a população em geral ou sua grande maioria. Deste modo, os usuários da Contabilidade Pública são formados pela população como um todo, visto que a prestação de contas dos entes públicos é de interesse de toda a sociedade, enquanto na contabilidade privada seus principais usuários são os proprietários e o fisco.

Observa-se deste modo, a abrangência da Contabilidade Pública conforme definição dos autores e as divergências acerca dos ramos de Contabilidade Pública e privada, e assim entende-se a necessidade do estudo destas duas áreas com igual importância nos cursos de graduação.

2.1.2 A contabilidade na Administração Pública

Quanto à utilização da contabilidade pela Administração Pública, levando em consideração o pensamento de Angélico (2006), observa-se que o desempenho dos serviços de contabilidade na Administração Pública envolve aproximadamente todas as áreas abrangidas pela previsão e execução orçamentárias, pelos registros contábeis, elaboração dos relatórios financeiros, econômicos e patrimoniais e ainda controle interno.

Os controles citados são empregados em três ocasiões, quais sejam: o momento do empenhamento da despesa, verificando-se o cumprimento de todas as exigências legais para tal, o estágio de liquidação, que será liberado para o pagamento somente com parecer favorável da contabilidade e o estágio de pagamento, visto que toda despesa paga é analisada pela contabilidade antes de seu registro. O art. 64 da Lei nº 4.320/64 expõe sobre estes aspectos: “A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade”.

Ainda nesta temática, a exigência de convergência aos padrões internacionais surgiu a partir das transformações verificadas no cenário econômico mundial, exposto pelo vertiginoso processo de globalização. A adoção das Normas Contábeis Internacionais Aplicadas ao Setor Público no Brasil, prevista para este ano (2014), tende a significar um avanço na Contabilidade Pública brasileira, com o intuito de melhorias na Administração Pública, bem como ganhos para a sociedade, tendo em vista que é o Estado o principal responsável pelas atividades e serviços prestados à população.

Dentre as melhorias previstas com a aplicação destas normas tem-se o maior prestígio do Brasil diante de outros países, visto que as demonstrações contábeis tendem a ser mais compreensíveis, principalmente por estarem no mesmo formato aplicado em outros países, tornando-se assim mais transparentes e comparáveis. Diante da aplicação destas normas, a contabilidade passa a ter um objetivo mais aprofundado acerca do estudo do desempenho da gestão, levando ao conhecimento mais amplo da situação financeira e patrimonial, identificando melhor as perspectivas futuras da entidade, e buscando ainda a harmonização dos critérios de reconhecimento de despesas e receitas.

Dispondo acerca das diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008, do Ministério da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União em 26 de agosto de 2008, estabeleceu os seguintes pontos:

A necessidade de promover a convergência das práticas contábeis vigentes no setor público com as normas internacionais de contabilidade, tendo em vista as condições, peculiaridades e o estágio de desenvolvimento do país;
A importância de que os entes públicos disponibilizem informações contábeis transparentes e comparáveis, que sejam compreendidas por analistas financeiros, investidores, auditores, contabilistas e demais usuários, independentemente de sua origem e localização;
Que a adoção de boas práticas contábeis fortalece a credibilidade da informação facilita o acompanhamento e a comparação da situação econômico-financeira e do desempenho dos entes públicos, possibilita a economicidade e eficiência na alocação de recursos.
(Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008)

Outro aspecto a ser abordado, refere-se aos conceitos de Administração Pública e suas respectivas divisões para um entendimento mais claro acerca da temática. De acordo com Araújo e Arruda (2009, p.4), “a administração pública é o conjunto coordenado de funções que visam à boa gestão da coisa pública, de modo a possibilitar que os interesses da sociedade sejam alcançados”. Deste modo, este conjunto de órgãos é destinado à realização do bem comum, por meio do cumprimento das finalidades do Estado para a realização de tais fins.

Outro aspecto diz respeito as suas funções, sendo a principal delas o atendimento as necessidades da sociedade, de acordo com Andrade, (2012, p.15), “a Administração Pública é: todo o aparelhamento preordenado à realização de seus serviços que visa à satisfação das necessidades coletivas”.

Assevera com este pensamento o autor Kohama, (2008, p.9), “Administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”. Diz ele ainda: “Administrar é gerir os serviços públicos; significa não só prestar serviços, executá-lo, como também dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil”. A Administração Pública está diretamente ligada ao Serviço Público, visto que este é considerado indispensável para a sociedade, todos os usuários têm direitos reconhecidos diante de quaisquer serviços públicos ou de utilidade pública.

A Administração Pública deve ainda, seguir o princípio da legalidade onde apenas é permitido fazer aquilo que a lei autoriza, bem como outros princípios citados abaixo de acordo com o exposto no art.37, da Constituição Federal de 1988:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A aplicação destes princípios enaltece a qualidade do desempenho alcançado pelas Instituições Públicas, acarretando para estas, transparência e eficácia nos serviços públicos prestados.

Ainda neste contexto, algumas divisões são aplicadas à Administração Pública, quanto às esferas de governo tem-se, União, Estados e Municípios, cabendo ao administrador público a competência de desenvolver ações de planejamento, acompanhamento e controle dos projetos e atividades dos programas governamentais, com a finalidade de garantir o cumprimento de metas traçadas no plano de governo.

Assim sendo, a contabilidade aplicada na Administração Pública está presente desde a fixação de uma despesa até o devido pagamento desta. Neste sentido, a convergência da Contabilidade Pública aos padrões internacionais tende a contribuir para uma maior eficácia dos trabalhos contábeis, alcançando uma interpretação mais precisa.

2.1.3 Campo de Atuação da Contabilidade Pública

De acordo com Castro e Garcia (2008, p.19) a Contabilidade Pública tem como objetivos fornecer informações a seus usuários por meio da identificação, mensuração e de explicitações orçamentárias e dos acontecimentos econômicos, em seus três níveis de governo: Federal, Estaduais e Municipais, bem como suas correspondentes autarquias, fundações e empresas públicas.

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 16) expõem acerca do campo de aplicação da Contabilidade Pública do seguinte modo:

O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange todas as entidades do setor público.

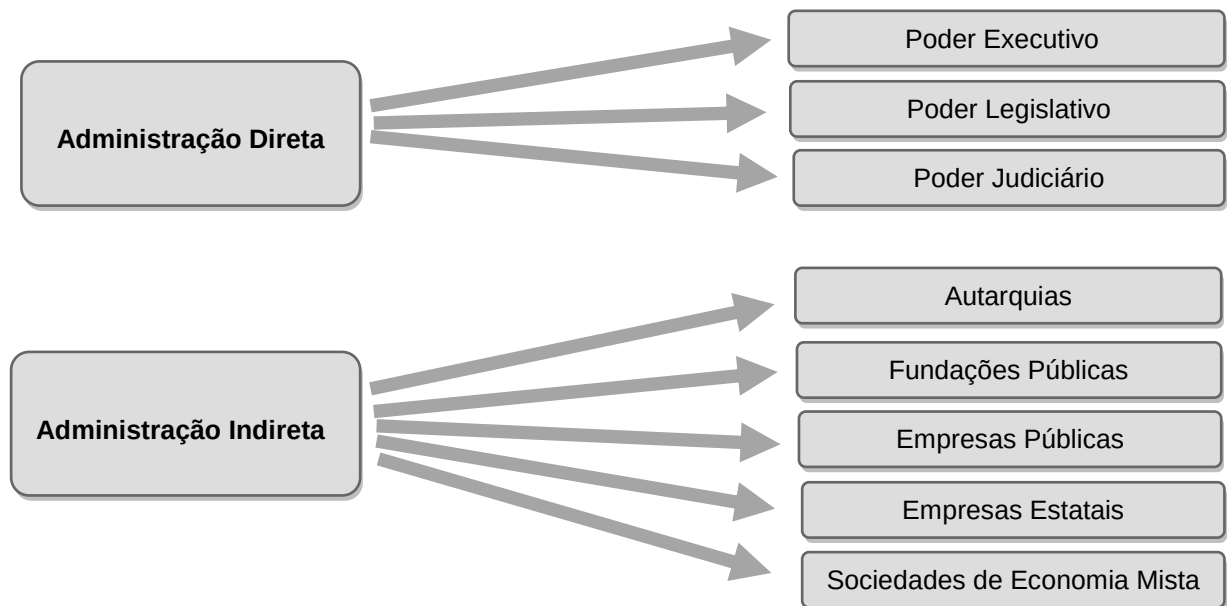
As entidades abrangidas pelo campo de aplicação devem observar as normas e as técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando-se o seguinte escopo:

- (a) integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais;
- (b) parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.

Outro ponto a ser abordado quanto ao campo de atuação da Contabilidade Pública, refere-se a sua delimitação pela Lei nº 4.320/64, visto que esta é responsável pela regulamentação dos procedimentos contábeis no setor público. Por conseguinte, de acordo com o exposto no preâmbulo desta lei: “Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.” O campo de atuação deste ramo da contabilidade engloba essencialmente as pessoas jurídicas de direito público, quais sejam, União, Estaduais, Distrito Federal e Municipais.

No que se refere aplicação da Contabilidade Pública na Sociedade de Economia Mista, Carvalho (2010, p. 202) afirma que esta não está abrangida no campo de atuação da Contabilidade Pública, no entanto, quando estas recebem recursos públicos para aplicação em projetos, ela deve aplicar e prestar contas de acordo com as normas da Contabilidade Pública.

O campo de aplicação deste ramo contábil, que é voltada para o bem comum, visando o interesse da coletividade, pode ser expresso resumidamente através da figura 1, elaborado em concordância com os conhecimentos de Castro e Garcia:

Figura 1 - Campo de Atuação da Contabilidade Pública

Fonte: Elaboração Própria (2014)

De acordo com o exposto evidencia-se que a Contabilidade Pública aplica-se às entidades com personalidade jurídica de direito público, com o objetivo de resumir e interpretar as ocorrências que intervêm nas situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais destas entidades públicas.

2.1.4 Evolução da Contabilidade Pública no Brasil

De acordo com Reis, Silva, S. e Silva, C. (2007) a história da Contabilidade no Brasil iniciou-se a partir da época Colonial, representada pela evolução da sociedade e a necessidade de controles contábeis para o desenvolvimento das primeiras Alfândegas que apareceram em 1530. Esses fatos demonstravam as preocupações iniciais com o ensino comercial da área contábil, pois, no ano de 1549 foram criados os armazéns alfandegários e para o domínio destes, Portugal nomeou Gaspar Lamego como o primeiro Contador Geral das terras do Brasil.

A partir da vinda da família real portuguesa para o Brasil, devido a um aumento dos gastos públicos e da renda dos estados, ocorreu um acréscimo da atividade comercial, surgindo a necessidade de melhor aparato fiscal. Deste modo, Portugal viu a necessidade da criação do Tesouro Nacional e Público com o Banco

do Brasil em 1808, sendo composto por um presidente que tinha a função de inspetor geral, um contador e um procurador fiscal encarregado de arrecadar, distribuir e efetuar toda a administração financeira e fiscal.

Ao longo dos anos foi surgindo à necessidade de processos mais técnicos para a contabilização dos atos e fatos existentes, deste modo, exigiu-se a obrigatoriedade da escrituração contábil no Brasil no ano de 1808, desde que este processo apenas fosse executado por profissionais que prestassem aulas de comércio, as quais preparavam empregados do comércio para o exame da junta comercial. Em 1869 surgiu a primeira profissão liberal do Brasil, os guarda livros, criada a partir do surgimento da Associação dos Guarda Livros da Corte. Por esta denominação ficou conhecido o profissional de contabilidade tendo como atribuições, a elaboração de contratos e distratos, o controle de entradas e saídas de dinheiro por meio de pagamentos e recebimentos e a criação de correspondências fazendo toda a escrituração mercantil, as exigências a estes profissionais era o domínio das línguas portuguesa e francesa e aperfeiçoada caligrafia.

Até então a contabilidade havia surgido com a intenção de atender órgãos públicos servindo ainda como base para a cobrança de impostos. No entanto no Brasil colônia, Dom João VI instituiu normas ditando como deveriam ser escrituradas as prestações de contas pelos contadores públicos, exigindo sua execução por profissionais conhecedores da técnica contábil.

A origem da Contabilidade Pública em nosso país, oficialmente, remonta a 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Dom João VI criou o Erário Régio e instituiu o Conselho da Fazenda, que orientavam a administração real, e estabeleceu normas reguladoras da escrituração da contabilidade desse Erário.(ARAÚJO E ARRUDA, 2009, p.48).

Diversas escolas fizeram da contabilidade alvo de estudos, tais como o Contismo, o Personalismo, o Controlismo, o Aziendalismo e o Patrimonialismo. Em 1949 frei Luca Pacioli criou o método das partidas dobradas, o qual se baseia no princípio de que haja pelo menos uma conta devedora em contrapartida a uma ou mais contas credoras.

No Brasil, o surgimento da Contabilidade Pública foi devido a necessidade de prestação de contas para a população, visto que não bastava que apenas os governantes soubessem o resultado da movimentação financeira, é essencial que o

povo seja informado destes resultados bem como o destino das arrecadações. Deste modo, a Contabilidade Pública facilita esta prestação, no sentido do controle sobre as coisas públicas, dando aos governantes as respostas exigidas pela sociedade.

Segundo Castro e Garcia (2008), as mudanças que marcaram a evolução da Contabilidade Pública foram o Código de Contabilidade Pública da União, estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922, regulamentado pelo Decreto nº 15.783, de 8 de novembro de 1922, e a Lei nº 4.320, 17 de março de 1964.

A lei 4.320/64 estabeleceu normas gerais de direito financeiro, para elaboração e controle dos orçamentos e dos balanços da União, estados, municípios e do Distrito Federal. Criando regras e procedimentos mais detalhados acerca da elaboração e execução dos orçamentos, bem como estabeleceu regras mínimas a serem cumpridas para acompanhamento da gestão financeira e patrimonial, embora a contabilidade só seja mencionada a partir no art. 83, sendo os anteriores voltados para o planejamento e orçamento.

Art. 83. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

Nos artigos 84 e 85 da referida lei, destaca-se a necessidade essencial de uma contabilidade voltada para os recursos públicos, sendo a contabilidade um instrumento utilizado para o exercício de administração e para a geração de informações e controles que proporcionam o conhecimento do patrimônio público.

Art. 84. Ressalvada a competência do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos será realizada ou superintendida pelos serviços de contabilidade.

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Outra lei que tornou a Contabilidade Pública menos restrita foi a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como é conhecida a lei nº 101 de 2000, trazendo diversas responsabilidades e punições aos agentes públicos. Antes dela, no entanto,

já existia uma lei que regia a Contabilidade Pública, a lei nº 4.320/64, que veio trazer regras que deveriam ser seguidas pela administração de recursos, visto que anteriormente a esta lei não existia uma norma geral federal que estabelecessem tais regras.

Atualmente no Brasil, fala-se sobre a convergência da Contabilidade Pública aos padrões internacionais através da aplicação das IPSAS, sigla advinda do inglês *International Public Sector Accounting Standart*, estas são as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que serão obrigatórias no Brasil, tendo como data prevista para isto este ano (2014).

2.1.5 Mercado de Trabalho para Contabilidade Pública

O mercado de trabalho é bastante abrangente quando se fala em contabilidade, e uma das maneiras de se entrar neste mercado, quando se quer seguir a área pública é por meio de concursos públicos, visto que deste modo, o servidor terá estabilidade profissional. No entanto, existem ainda outras formas de se ingressar nesta área, como prestadores de serviços ou cargos comissionados.

Além de atuar como contador da Administração Direta, propriamente dito, o profissional com esta formação tem ainda a possibilidade de atuar como auditor fiscal, perito contábil, técnicos, analista judiciário com foco em contabilidade, controle interno, analista de finanças, entre outros. Estes cargos são oferecidos por instituições como Tribunal de Contas da União ou dos Estados, Receita Federal e Secretaria da Fazenda. Os profissionais que queiram ingressar na área pública, podem ainda seguir a carreira acadêmica.

Os cargos oferecidos pela área pública podem ser assumidos de maneira efetiva, por prestação de serviços ou ainda por cargos comissionados. Para o preenchimento dos cargos efetivos são oferecidos no Brasil concursos públicos, como forma de recrutamento destes profissionais, os interessados em ingressar no mercado de maneira efetiva devem capacitar-se, geralmente a concorrência para estes cargos é bastante elevada, principalmente quanto aos cargos de alto padrão, nestes as provas exigem um alto nível de conhecimento.

Os profissionais da área pública, que ingressarem no mercado de trabalho precisam ter mente aberta para aceitar as mudanças causadas pela implantação das

Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, visto que esta é uma boa oportunidade para se sobressair no mercado de trabalho, pois nem todos tem interesse neste conhecimento.

2.2 Evoluções do Curso de Ciências Contábeis no Brasil

No Brasil, o curso de Ciências Contábeis foi instituído pelo Decreto Lei nº 7.988/45 em 22 de setembro de 1945, conforme descrito abaixo:

Art. 1º O ensino, em grau superior, de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais far-se-á em dois cursos seriados, a saber:

1. Curso de ciências econômicas.
2. **Curso de ciências contábeis** e atuariais (Decreto Lei nº 7.988/45, **grifo nosso**).

Neste momento, entendeu-se que seria viável a junção de ciências contábeis e atuariais, visto que os dois englobaram um só curso. Nesta lei exigiu-se a divisão do curso em quatro anos, aplicando-se as disciplinas necessárias para cada ano letivo. Observa-se ainda, a deficiência de disciplinas voltadas para os conhecimentos na área de Contabilidade Pública, afinal apenas uma é citada no último período letivo, como visto no art. 3º da referida lei:

Art.3º O curso de ciências contábeis e atuariais será de quatro anos, e terá a seguinte seriação de disciplinas[...]

2. Contabilidade Pública. [...]

A publicação da lei nº 1.401 de 31 de julho de 1951, foi responsável pelo desdobramento do curso de Ciências Contábeis e Atuárias, deste modo, o curso em questão foi subdividido em dois:

Art. 2º O Curso de Ciências Contábeis e Atuariais criado pelo decreto-lei referido no artigo anterior, poderá ser desdobrado, sendo os diplomas, respectivamente, de bacharel em Ciências Contábeis e de bacharel em Ciências Atuariais [...] (Lei nº 1.401/51)

Algumas modificações foram feitas ao curso de Ciências Contábeis, a partir da resolução nº 10/2004, aprovada pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES), órgão do Ministério da Educação e

Cultura(MEC), em 16 de dezembro de 2004. Esta resolução instituiu diretrizes curriculares para a graduação em ciências contábeis, ditando condições de capacitação e habilidades que o curso deveria oferecer aos estudantes tais como descritos nesta resolução em seus artigos 3º e 4º:

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

[...]III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Art. 4º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

[...]VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais (Resolução nº 10/2004).

Atualmente no Brasil, há grande quantidade de instituições que oferecem o curso de ciências contábeis, tanto com aulas presenciais quanto a distância. De acordo com informações do MEC (2014) e levando em consideração apenas os cursos presenciais apresenta-se o quadro 1:

Quadro 1 – Cursos de Ciências Contábeis Presenciais por Estado no Brasil

Estados	Quantidade de Curso por Estado
São Paulo	308
Minas Gerais	132
Paraná	100
Rio de Janeiro	94
Rio Grande do Sul	85
Santa Catarina	75
Bahia	63
Goiás	46
Mato Grosso	39
Pernambuco	39
Distrito Federal	36
Espírito Santo	36
Ceará	28
Pará	28
Mato Grosso do Sul	25
Piauí	24
Rio Grande do Norte	22
Rondônia	19
Maranhão	16
Paraíba	14
Alagoas	13
Tocantins	13
Amazonas	11
Sergipe	9
Amapá	5
Roraima	4
Acre	3
Brasil	1.287

Fonte: Elaboração Própria (2014)

Como visto no quadro 1, existem diversas opções oferecidas em todo o país para quem se interessar pelo curso de ciências contábeis, tanto em instituições públicas como privada. Em João Pessoa, ainda com base em dados do MEC (2014), o curso de ciências contábeis é oferecido por oito IES.

2.2.1 A grade Curricular e Ementas do Curso de Ciências Contábeis

No Parecer CNE/CES 1.362/2001, publicado no Diário Oficial da União de fevereiro de 2002, o MEC dispõe acerca das diretrizes curriculares do seguinte modo:

A antiga definição de currículo como sendo uma grade curricular que formaliza a estrutura de um curso de graduação, é substituído por um conceito bem mais amplo, que pode ser traduzido pelo conjunto de experiências de aprendizado que o estudante incorpora durante o processo participativo de desenvolver um programa de estudos coerente integrado.

Deste modo, os currículos educacionais abrangem tanto as disciplinas contidas nas grades curriculares quanto às experiências adquiridas pelos alunos no decorrer dos cursos de graduação. As grades curriculares dos cursos de ensino superior servem como apoio para as disciplinas a serem ministradas nos cursos de ensino superior.

Com relação às ementas disciplinares as quais expressam em resumo os assuntos tratados no decorrer de uma disciplina, pode-se dizer que estas complementam as informações contidas nas grades curriculares. Estas ementas são muitas vezes utilizadas como base de dados para a avaliação de instituições de ensino, verificando-se os assuntos abordados nas disciplinas a que se queiram analisar.

2.2.2 O ensino de Contabilidade Pública nas Instituições de Ensino Superior

Castro e Garcia (2008) afirmam que o ensino de Contabilidade Pública no Brasil iniciou-se com aulas de comércio, em 1809, na Escola de Comércio Álvares de Penteado, e a partir da transformação desta, no ano de 1856, no Instituto Comercial do Rio de Janeiro, o Brasil tornou-se um dos primeiros países a ter um estabelecimento de ensino superior de contabilidade, que foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902.

Referindo-se ao conteúdo de Contabilidade Pública, atualmente nas IES de João Pessoa esta área é pouco abrangida. Nas ementas destas instituições existem poucas disciplinas que abordam a Contabilidade Pública, em nenhuma delas

encontra-se o assunto acerca das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Outro ponto observado no ensino de contabilidade nas IES que segundo o professor e autor Silva (2008) acarreta em prejuízos tanto na área pública quanto privada, diz respeito ao fato destas instituições não apresentarem aos estudantes as diversas situações possíveis de ocorrência de práticas inadequadas, situações estas, que podem ser cometidas contra o patrimônio de entidades. Os discentes, deste modo, são formados para enfrentar as situações dentro da normalidade, não sendo preparados para desafios decorrentes de práticas contrárias aos princípios contábeis e normas de controle interno.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Metodologia de pesquisa é a operacionalização, sistematização e racionalização do método por processos e técnicas que se valem do ajuste da pesquisa, para realizar uma intervenção na realidade” (CIRIBELLI, 2003 P. 30).

3.1 Classificações da Pesquisa

De acordo com Beuren (2008), esta pesquisa quanto aos objetivos é descritiva, e quanto à abordagem do problema quantitativa. No primeiro momento o trabalho teve como base a revisão bibliográfica em livros, artigos, periódicos, normas e internet, os quais serviram de base para os conceitos e fundamentos aqui apresentados acerca da Contabilidade Pública, o ensino desta na academia e os demais tópicos aqui abordados.

Para a coleta dos dados utilizou-se a pesquisa de campo aplicando-se questionários aos alunos das Instituições de Ensino Superior de João Pessoa que já cursaram as disciplinas que abrangem a Contabilidade Pública. Acerca do uso de questionários, Lopes (2006 p.241) trás que “o questionário é elaborado em pesquisa de campo, para dar apoio ao pesquisador em sua coleta de dados. Deve ser claro, objetivo e de fácil interpretação tanto para o entrevistado como para o entrevistador”.

O questionário utilizado na pesquisa apresenta-se como tipo misto, sendo deste modo composto por questões abertas e fechadas, estruturado em três blocos de questões, sendo o primeiro composto por uma questão fechada e três abertas. O segundo bloco de questões, foi composto por duas questões fechadas e uma aberta. E o último bloco formado por oito questões fechadas utilizando-se nestas a escala *Likert*, a qual de acordo com Pereira (2004) apresenta uma série de cinco proposições tendo um ponto médio para registro da manifestação de situação intermediária, das quais o investigado deve selecionar apenas uma de acordo com sua opinião.

Com a finalidade do alcance dos objetivos desta pesquisa, foram registradas as opiniões dos respondentes com relação a problemática deste trabalho. Os dados

foram coletados junto aos discentes das IES selecionadas, e analisados por meio de tabelas e gráficos, sendo utilizado para a feitura destes o Excel 2010. As tabelas e os gráficos foram montados com o intuito de reunir as perguntas que, juntas, formam um conjunto de observações em torno de uma ideia central. Assim, serão analisadas em blocos.

Neste sentido, a utilização destas ferramentas de aferição de dados foi fundamental para o levantamento destes com fins de compará-los, a luz dos conhecimentos trazidos pela doutrina, frente à problemática proposta neste trabalho.

3.2 Universos da Pesquisa e Amostra

Para que esta pesquisa cumprisse seus objetivos, foi necessário um levantamento das IES de João Pessoa que oferecessem o curso de ciências contábeis presencialmente. Para isto foi utilizado como fonte de dados o site do Ministério da Educação (portal e-MEC), visto que este é uma fonte oficial. Observou-se deste modo, que oito IES ofereciam o curso de Ciências Contábeis presencialmente em João Pessoa, no entanto, algumas destas estavam iniciando as atividades deste curso e não poderiam servir de base para esta pesquisa, pois seria preciso levantar dados junto aos discentes que já tivessem cursado as disciplinas de Contabilidade Pública.

Ao final da busca, foram encontradas seis instituições que estavam de acordo com as necessidades desta pesquisa, no entanto, uma destas estava inscrita no site do MEC como Instituto Paraibano de Ensino Renovado (INPER), mas entrando em contato com a mesma, informaram que a ASPER era sua mantenedora, deste modo aplicou-se o questionário nesta última. Assim sendo, as IES que realmente se enquadravam nos requisitos desta pesquisa foram: Associação Paraibana de Ensino Renovado (ASPER), Instituição de Educação Superior da Paraíba (IESP), Faculdade de Ciências Contábeis Luiz Mendes (LUMEN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) e a Faculdade Maurício de Nassau, no entanto, as informações desta última não foram prestadas, devido às dificuldades explicitadas nas limitações da pesquisa. Assim sendo, os questionários foram aplicados nas cinco Instituições

citadas anteriormente, as quais disponibilizaram as informações necessárias em tempo hábil para a realização desta pesquisa.

Assim, aferiu-se a quantidade total de alunos que preenchem os requisitos supracitados, como mostra o quadro seguir:

Tabela 1 - Universo da Pesquisa e Amostra

Instituição	Quantidade de Alunos	Respondentes	Percentual alcançado
ASPER	40	27	67,5%
IESP	34	14	41,2%
LUMEN	27	14	51,9%
UFPB	154	101	65,6%
UNIPÊ	39	22	56,4%
TOTAL	294	178	60,5%

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Como visto na Tabela 1, de um total de 294 alunos conseguiu-se uma amostra de 178 respondentes, deste modo, foi alcançado um percentual de 60,5% do total de alunos enquadrados nos requisitos desta pesquisa. A maior quantidade de discentes alcançada foi na ASPER, em contrapartida a LUMEN apresentou o menos percentual de respondentes alcançados.

3.3 Coleta de Dados

A coleta de dados se deu por meio de questionário (APÊNDICE A) direcionado aos alunos das Instituições de Ensino Superior de João Pessoa, as quais oferecessem o curso de ciências contábeis presenciais, enquadravam-se no universo de amostra aqueles discentes que já haviam cursado as disciplinas que abordam a Contabilidade Pública. A escolha do estudo originou-se da própria experiência do pesquisador neste curso

O referido questionário foi elaborado com questões abertas e fechadas, sendo deste modo enquadrado no tipo misto. Sua estrutura foi em três blocos de questões, o primeiro tratando das características dos respondentes, servindo como base para a obtenção do perfil destes, este bloco foi formado por quatro questões, a

primeira foi uma pergunta fechada com duas alternativas, “masculino” e “feminino”, para obtenção do gênero do respondente, as outras três questões foram elaboradas de maneira aberta, no intuito de detectar a idade dos respondentes, a instituição em que estudam e o período que estes estavam matriculados. O segundo bloco de questões tratava acerca da abordagem e compreensão das IPSAS pelos discentes, composto por duas questões fechadas com opções “sim” ou “não” perguntando se a instituição havia abordado o assunto acerca das IPSAS nas disciplinas de Contabilidade Pública e se o aluno tinha conhecimento acerca dos benefícios trazidos pela aplicação destas normas, a última questão deste bloco foi composta por uma questão aberta perguntando-lhes qual o ano previsto para obrigatoriedade da utilização das IPSAS no Brasil. O último bloco deste questionário constituiu-se por oito questões fechadas com alternativas entre “ruim”, “regular”, “bom”, “ótimo” e “excelente”, o respondente deveria marcar um “x” na opção que mais se enquadrasse com sua opinião, nestas questões buscou-se a avaliação dos alunos a respeito da quantidade de disciplinas de Contabilidade Pública oferecidas pelas IES, a classificação dos alunos sobre os seus conhecimentos prático, teórico e técnico nesta área, o seu nível de conhecimento acerca das IPSAS e as mudanças que elas provocarão no cenário nacional, e ainda a avaliação dos discentes quanto a metodologia utilizada e o tempo de abordagem dos assuntos neste ramo da contabilidade.

Em busca do alcance dos objetivos desta pesquisa, entrou-se em contato com as IES enquadradas em suas delimitações, assim foram marcadas visitas pessoais para a aplicação dos questionários aos alunos, bem como para a obtenção de outras informações, tais como, grades curriculares, ementas das disciplinas que abordassem a Contabilidade Pública e quantidade de alunos matriculados nos períodos aos quais foram aplicados os questionários, estas informações foram repassadas pessoalmente, via e-mail ou por telefone.

Para poder-se atender aos objetivos da pesquisa participaram desta, 178 (cento e setenta e oito) discentes das Instituições que atendiam aos requisitos deste estudo. Ao todo, representou mais da metade, isto é, 60,5% dos alunos efetivamente matriculados nas IES de João Pessoa.

3.4 Análises dos Dados e Discussão dos Resultados

Esta etapa do estudo apresenta os resultados obtidos com a aplicação do questionário e a análise descritiva desses resultados. Sendo estes apresentados por meio de quadros, tabelas e gráficos com base nas informações extraídas desta pesquisa.

Com base na análise dos dados, foram levantadas informações pertinentes às grades curriculares e ementas disponibilizadas pelas IES de João Pessoa, obteve-se um comparativo entre estas no que tange as disciplinas que abrangem a Contabilidade Pública e os respectivos períodos de abordagem destas. O quadro 2 foi elaborado com base nestas informações:

Quadro 2 – Grade Curricular das IES de João Pessoa

Período/Instituição		4º	5º	6º	7º	9º
ASPER				Contabilidade Pública e Governamental		
IESP		Contabilidade Governamental I	Contabilidade Governamental II			
LUMEN			Orçamento Governamental	Contabilidade Governamental		
UFPB	Manhã		Contabilidade Pública		Laboratório Contábil II	
	Noite			Contabilidade Pública		Laboratório Contábil II
UNIPÊ		Contabilidade Pública				

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No quadro 2 foram demonstradas as disciplinas que abordam os assuntos correlatos à Contabilidade Pública, cada matéria foi alocada no período em que foram ministradas, para tanto foram utilizadas na pesquisa as respectivas ementas disciplinares oriundas das IES objeto de pesquisa. Tomando por base os alunos que fazem parte do universo pesquisado, a UFPB é a única IES a qual apresenta as disciplinas que envolvem o tema nos turnos matutino e noturno, as demais instituições ou não possuem o curso disponibilizado no período matutino ou ainda estão nos períodos iniciais do curso de Contabilidade e, conseqüentemente, não possuem alunos enquadrados nas delimitações desta pesquisa. Constata-se no

quadro 2 que poucas são as disciplinas que abordam a Contabilidade Pública nas grades curriculares dos cursos de graduação destas Instituições de Ensino, deste modo, percebe-se que a maior parte das disciplinas ofertadas abrange os temas correlatos a contabilidade privada em detrimento da Contabilidade Pública. Por fim percebe-se que o número de disciplinas ofertadas quanto ao tema de Contabilidade Pública nas IES não é unânime, há instituições que oferecem apenas uma disciplina em contrapartida de outras que ofertam duas.

Para identificação dos respondentes o primeiro bloco de perguntas do questionário proposto, considerou-se o perfil dos discentes, tais como, gênero, idade, Instituição em que estuda e período que está cursando. Este perfil está apresentado na tabela 2, mostrada a seguir:

Tabela 2- Perfil dos Respondentes

Característica	Descrição	Frequência	Percentual (%)
Gênero do respondente	Homem	83	46,6%
	Mulher	95	53,4%
	Total	178	100,0%
Idade do Respondente	Abaixo de 20 anos	1	0,6%
	de 20 a 30 anos	149	83,7%
	de 31 a 40 anos	19	10,7%
	de 41 a 50 anos	9	5,1%
	Total	178	100,0%
Instituição	ASPER	27	15,2%
	IESP	14	7,9%
	LUMEN	14	7,9%
	UFPB	101	56,7%
	UNIPÊ	22	12,4%
	Total	178	100,0%
Período	5º	6	3,4%
	6º	23	12,9%
	7º	58	32,6%
	8º	45	25,3%
	9º	13	7,3%
	10º	33	18,5%
	Total	178	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Analisando os dados da tabela 2, verifica-se que a maior parte dos respondentes é composta por mulheres sendo 53,4% deste total, percebe-se ainda que nestas Instituições o curso de Ciências Contábeis abrange mais jovens entre vinte e trinta anos de idade, 83,7% da população alcançada. Observa-se ainda que mais da metade do total de respondentes é representado pelos alunos da UFPB 56,7%, explicado pelo fato de esta Instituição apresentar o maior número de alunos matriculados. Quanto aos períodos cursados, apresentou os percentuais mais equilibrados, variando entre o quinto e o décimo período, tendo em vista que para atender os objetivos da pesquisa o discente precisaria estar no estágio mais avançado do curso.

O estudo revela que o número de alunos respondentes da Instituição de Ensino Superior UFPB é o maior frente às demais IES, de tal forma que, percentualmente, tem-se uma representação de 57% do total de alunos pesquisados. Por conseguinte, os dados e opiniões conseguidas junto a estes respondentes têm forte influencia no resultado geral de cada quesito, tanto o é que, por algumas vezes, o resultado final geral é propenso às opiniões proferidas por estes alunos devido ao fato supracitado, distanciando-se dos resultados conseguidos junto às demais IES. Assim sendo, de um total de 178 respondentes têm-se 101 da Instituição UFPB representando 57% do total, enquanto todos os alunos das outras IES somados equivalem a um total de 77 discentes representando no universo apenas 43% do total de questionados, esta quantidade é representada por 27 alunos da ASPER, 14 da IESP, 14 da LUMEN e 22 da UNIPÊ.

No segundo bloco de questões os dados são apresentados percentualmente por Instituição de Ensino Superior, na sequencia eles são evidenciados numa média de resultado de todas as IES pesquisadas.

Tomando por base os dados extraídos deste bloco, pôde-se aferir a opinião dos alunos com respeito à abordagem das IPSAS dentre os assuntos correlatos ao tema de Contabilidade Pública nas instituições as quais estão matriculados. Neste contexto foram feitas três questões aos discentes relacionadas ao tema das IPSAS. A primeira se referia a abordagem destas normas dentre os assuntos repassados no ensino das disciplinas relativas à Contabilidade Pública, a segunda questão era se estes tem conhecimento dos benefícios trazidos com a implantação destas normas

no Brasil, e a terceira indagava ainda se estes sabem qual o ano previsto de início da obrigatoriedade de uso de seus ditames nacionalmente.

Quanto a este bloco pôde-se compendiar os dados em tabela como demonstrado a seguir:

Tabela 3 - Abordagem e compreensão das IPSAS

Pergunta	Descrição	Frequência	ASPER	IESP	LUMEN	UFPB	UNIPÊ	Todas
A IES aborda assuntos acerca das IPSAS?	Sim	74	59,3%	64,3%	35,7%	27,7%	72,7%	41,6%
	Não	104	40,7%	35,7%	64,3%	72,3%	27,3%	58,4%
	Total	178	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Tem conhecimento dos benefícios da aplicação das IPSAS?	Sim	48	44,4%	57,1%	21,4%	15,8%	40,9%	27,0%
	Não	130	55,6%	42,9%	78,6%	84,2%	59,1%	73,0%
	Total	178	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Ano previsto para obrigatoriedade das IPSAS no Brasil	2014	24	3,7%	7,1%	0,0%	16,8%	22,7%	13,5%
	Não Sabiam	154	96,3%	92,9%	100,0%	83,2%	77,3%	86,5%
	Total	178	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Com base nos resultados apresentados na tabela 3, no que se refere a abordagem por parte das IES dos assuntos relativos as IPSAS observou-se no levantamento dos dados que a UNIPÊ e a IESP foram as instituições as quais apresentaram o mais alto percentual quanto a abordagem das mesmas nas disciplinas de acordo com a opinião dos respondentes, apresentando 72,7% e 64,35% respectivamente, por outro lado a LUMEN e a UFPB apresentaram os mais baixos percentuais, sendo 35,7% e 27,7% respectivamente.

Apesar de o resultado apresentar que existe a abordagem nas IES referente às IPSAS, o estudo realizado na análise das ementas das disciplinas abarcentes da Contabilidade Pública não foi encontrado menção ao tema das IPSAS em nenhuma das IES, deste modo percebe-se um descompasso entre a informação oriunda das ementas e das informações de alguns alunos visto que, por um lado alguns alunos afirmaram não ter sido abordado o tema em sala pelos professores, aliado ao fato da ausência deste tema nas ementas, e por outro temos respondentes que afirmaram ter sido ministrado o tema em sala de aula nas mesmas IES.

O resultado da segunda pergunta apresentada na tabela 3, identificou através do levantamento dos dados que a IESP e a ASPER apresentaram, de acordo com a opinião dos respondentes, os maiores percentuais quanto ao conhecimento dos benefícios trazidos pela utilização das IPSAS, apresentando 57,1% e 44,4% respectivamente, por outro lado, a LUMEN apresentou 21,4% e a UFPB 15,8% o que representou os mais baixos percentuais.

Já quanto ao último quesito da tabela 3, viu-se que UNIPÊ e UFPB foram as instituições as quais apresentaram o maior percentual quanto ao conhecimento por parte dos respondentes no que se refere ao ano previsto para a adoção obrigatória das IPSAS no Brasil, apresentando 22,7% e 16,8% respectivamente. Por outro lado, a ASPER e a LUMEN apresentaram os menores percentuais, representado por 3,7% e 0,0% respectivamente.

Numa última análise quanto a estes quesitos, percebe-se uma harmonia acerca dos dados levantados nos dois primeiros, visto que as instituições que apresentam os maiores e menores percentuais são coincidentes, fato que não se repete por completo no último quesito, figurando a UFPB em substituição ao IESP dentre as instituições de maior percentual e a ASPER em substituição a UFPB dentre as instituições de menor percentual.

Partindo para o terceiro bloco de questões, o qual foi composto por oito quesitos de múltipla escolha, tendo como opções, “ruim”, “regular”, “bom”, “ótimo” e “excelente”, devendo ser assinalado com um x a alternativa que mais se enquadrasse com a opinião do respondente.

A primeira questão desta seção teve o objetivo de fazer um comparativo quanto à quantidade de disciplinas oferecidas pelas IES e a abordagem de todo o assunto acerca da Contabilidade Pública. As respostas acerca desta pergunta estão expressas na tabela 4:

Tabela 4 - Quantidade de disciplinas oferecidas pela Instituição

Descrição	Frequência	ASPER(%)	IESP(%)	LUMEN(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Todas(%)
Ruim	56	0,0%	14,3%	7,1%	49,5%	13,6%	31,5%
Regular	64	29,6%	21,4%	42,9%	40,6%	27,3%	36,0%
Bom	46	63,0%	42,9%	42,9%	9,9%	31,8%	25,8%
Ótimo	9	3,7%	14,3%	7,1%	0,0%	22,7%	5,1%
Excelente	3	3,7%	7,1%	0,0%	0,0%	4,5%	1,7%
Total	178	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Com base nos dados extraídos da tabela 4, constatou-se que a maioria dos discentes atribuíram categorias entre “ruim” e “regular”, no que se refere à quantidade de disciplinas ofertadas, sendo o maior destes, apresentado pela opção “regular”, representando 36,0% do percentual total. No entanto, não tão distante deste valor, 25,8% consideraram este requisito como “bom”, por outro lado poucos foram aqueles que avaliaram este quesito como “ótimo” ou “excelente”.

Analisando este mesmo quesito, considerando cada Instituição separadamente, obtiveram-se os maiores índices entre “regular” e “bom”, com exceção da UFPB, visto que os respondentes desta atribuíram em sua maioria à classificação “ruim”. O que acabou influenciando nos resultados gerais, visto que o espaço amostral desta IES é maior.

Ainda sob esta ótica observou-se que os alunos da IESP demonstraram os melhores resultados em comparação as outras Instituições, acerca da classificação “excelente” sendo esta 7,1%. Já quanto à classificação “bom” a Instituição que mais se destacou positivamente na opinião dos discentes foi a ASPER que ainda obteve 0,0% de atribuição “ruim”.

A pesquisa buscou evidenciar o conhecimento prático em Contabilidade Pública, na tabela 5 são apresentados os resultados deste quesito:

Tabela 5 - Conhecimento prático em Contabilidade Pública adquirido na graduação.

Descrição	Frequência	ASPER(%)	IESP(%)	LUMEN(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Total (%)
Ruim	65	7,4%	14,3%	28,6%	52,5%	18,2%	36,5%
Regular	60	33,3%	35,7%	35,7%	36,6%	18,2%	33,7%
Bom	42	51,9%	28,6%	35,7%	8,9%	45,5%	23,6%
Ótimo	9	3,7%	21,4%	0,0%	2,0%	13,6%	5,1%
Excelente	2	3,7%	0,0%	0,0%	0,0%	4,5%	1,1%
Total	178	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Analisando os dados de maneira macro, tem-se que, independente a IES pesquisada, a maior parte dos alunos respondentes, numa média de 36,5%, considera ruim o conhecimento prático adquirido acerca da Contabilidade Pública para efeito de ingresso no mercado de trabalho, em contrapartida, ainda seguindo este panorama geral, tem-se que uma média de 1,1% dos respondentes considerou seu conhecimento prático adquirido o suficiente para tanto, demonstrando satisfação do conhecimento adquirido.

Analisando as IES de maneira isolada, tem-se que as instituições que apresentaram o mais alto percentual de satisfação quanto a esta avaliação foram UNIPÊ e ASPER, apresentando 4,5% e 3,7% respectivamente, mas se observarmos as frequências, vemos que estes percentuais são representados por um discente de cada uma das duas instituições, visto que apenas dois discentes afirmaram considerar este conhecimento “excelente”. Por outro lado, tem-se que os maiores percentuais de cada IES encontram-se entre as classificações “regular” e “bom”, com exceção da UFPB que apresentou 52,5% na classificação “ruim”. Por conseguinte a ASPER apresenta o melhor resultado frente às demais IES, demonstrando que 51,9% de seus alunos respondentes classificam seu conhecimento prático como “bom”. Quando os resultados são analisados de maneira isolada por IES, tem-se uma visão desigual, visto que, os resultados giram em sua maioria entre “regular” e “bom”, em contrapartida, na análise geral, tem-se que a maioria dos respondentes classificou seu conhecimento como “ruim”. Esta disparidade se deve a força da UFPB na pesquisa, cujo número de alunos respondentes corresponde a 57% do total dos participantes da pesquisa.

Outro ponto abordado na pesquisa refere-se aos conhecimentos teóricos na área pública, adquiridos ao longo da graduação em ciências contábeis. Os dados advindos das respostas dos discentes podem ser verificados na Tabela 6.

Tabela 6 - Conhecimento teórico adquirido em Contabilidade Pública

Descrição	Frequência	ASPER(%)	IESP(%)	LUMEN(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Total (%)
Ruim	45	7,4%	0,0%	0,0%	41,6%	4,5%	25,3%
Regular	66	22,2%	21,4%	57,1%	39,6%	40,9%	37,1%
Bom	55	63,0%	42,9%	42,9%	16,8%	40,9%	30,9%
Ótimo	11	7,4%	35,7%	0,0%	2,0%	9,1%	6,2%
Excelente	1	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,5%	0,6%
Total	178	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Analisando a Tabela 6, observa-se que o percentual mais alto encontra-se na classificação “regular” apresentando 37,1%, seguido pela classificação “bom” com 30,9%, a característica ruim está aqui representado por um percentual de 25,3%.

Na análise por instituições, foram constatados alguns resultados apresentados na análise geral, visto que os maiores percentuais continuaram variando entre “ruim”, “regular” e “bom”, se observados os maiores percentuais de cada Instituição. A classificação “excelente” quase não foi escolhida pelos discentes nesta questão, pois na maior parte das IES esta classificação apresentou percentuais 0,0%, apenas na UNIPÊ encontrou-se 4,5%, no entanto, observando a coluna de frequência nesta resposta observa-se que apenas um aluno optou por esta opção o que correspondeu a este percentual.

Além de questionar sobre os conhecimentos práticos e teóricos, na questão que se seguiu indagou-se acerca dos conhecimentos técnicos em Contabilidade Pública, os dados retirados das respostas dos discentes encontram-se na Tabela 7:

Tabela 7 - Conhecimento técnico em Contabilidade Pública

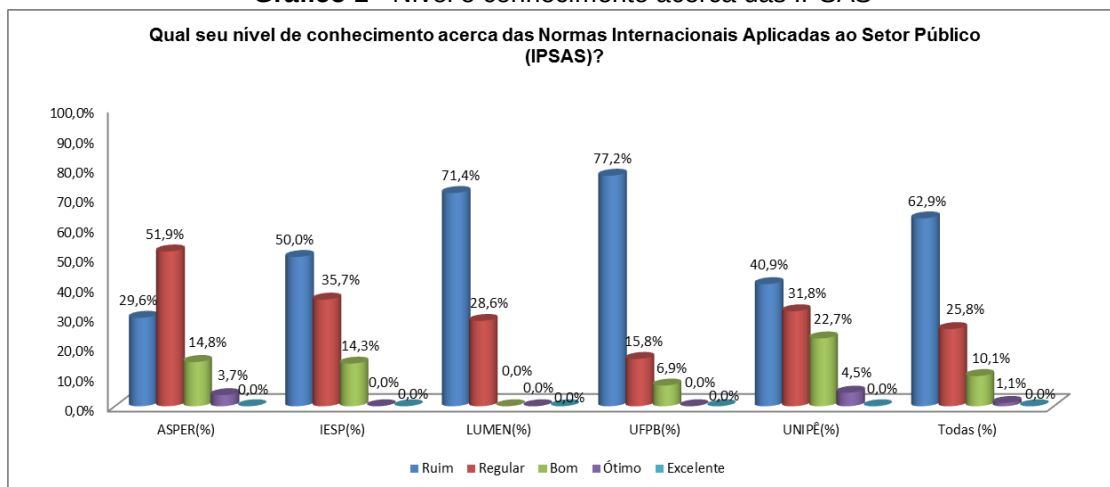
Descrição	Frequência	ASPER(%)	IESP(%)	LUMEN(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Todas(%)
Ruim	50	14,8%	0,0%	7,1%	43,6%	4,5%	28,1%
Regular	75	40,7%	42,9%	57,1%	38,6%	50,0%	42,1%
Bom	47	37,0%	35,7%	35,7%	17,8%	40,9%	26,4%
Ótimo	5	7,4%	14,3%	0,0%	0,0%	4,5%	2,8%
Excelente	1	0,0%	7,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%
Total	178	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Os dados contidos na Tabela 7 mostram que de maneira abrangente, 42,1% dos alunos consideram seu conhecimento técnico “regular”, seguido por “ruim” com 28,1% e “bom” tendo 26,4%. É possível ver ainda que poucos discentes avaliaram este conhecimento como “ótimo” ou “excelente”, os resultados apontaram 2,8% e 0,6% respectivamente.

Já no que se refere à análise individual, os resultados encontraram-se semelhantes aos anteriormente citados, no entanto a UFPB foi a única a apresentar maior insatisfação quanto a este conhecimento.

Outra temática enquadrada nesta pesquisa, diz respeito ao conhecimento dos discentes acerca das IPSAS. Tendo em vista que os resultados demonstraram percentuais bastante negativos, sentiu-se a necessidade de apresentar estes dados por meio de gráfico, a fim de uma visualização mais favorável a comparabilidade, o gráfico 1 ilustra os dados em seis blocos de cinco colunas, cada qual correspondente a uma IES como visto a seguir:

Gráfico 1 - Nível e conhecimento acerca das IPSAS

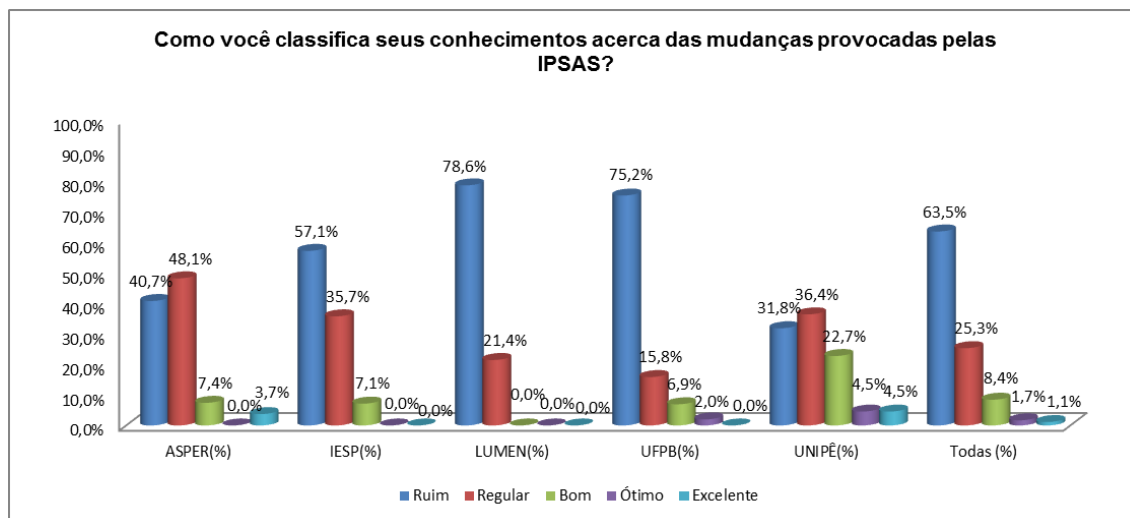
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Tomando por base os dados apresentados no gráfico 1, observou-se que os resultados quanto a este quesito foram insatisfatórios, visto que, grande parte dos alunos questionados atribuiu a classificação “ruim” quanto seu nível de conhecimento acerca das IPSAS. Em torno de 62,9% dos respondentes, consideraram o seu conhecimento ruim, representando mais da metade da totalidade das opiniões, observa-se ainda que poucos discentes avaliam o seu conhecimento “ótimo” ou “excelente”, apenas 1,1% e 0,0% respectivamente.

Voltando o foco da análise para cada instituição em separado, encontram-se resultados semelhantes visto que as instituições, em sua maioria, apresentam resultados próximos ao resultado geral, principalmente os discentes da UFPB apresentando 77,2% dos respondentes avaliando o seu conhecimento acerca das IPSAS “ruim”, IESP, LUMEN E UNIPÊ, também dizem que a respeito deste quesito seu desempenho pode ser classificado deste mesmo modo. Já os alunos da ASPER por outro lado, avalia este conhecimento em sua maioria de maneira “regular” 51,9% destes.

Os discentes foram questionados sobre as mudanças provocadas pelas IPSAS. Os resultados segundo os respondentes estão demonstrados no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Conhecimentos acerca das mudanças provocadas pelas IPSAS



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Analisando os dados sob uma ótica individual, tem-se que as instituições as quais os alunos respondentes afirmaram ter pouco conhecimento acerca deste item foram a UFPB e LUMEN, cada uma apresentou 75,2% e 78,6% respectivamente. Os respondentes de cada instituição mantiveram um equilíbrio mantendo suas respostas entre a classificação “ruim” e “regular”, excetuando-se apenas o UNIPÊ, ao qual apresentou uma quantidade significativa na classificação “bom”, representando 22,7%. Quanto à classificação mais positiva que segundo a pesquisa é “excelente”, as únicas IES que apresentaram respostas neste sentido foram a UNIPÊ e ASPER, com 4,5% e 3,7% respectivamente.

O resultado final abarcando todos os respondentes apresentou que a maioria destes, 63,5% classificaram seus conhecimentos acerca das mudanças provocadas pelas IPSAS como “ruim”. Este fato se deve ao já citado equilíbrio apresentado pelas IES de per si atrelado ao fato da UFPB ter apresentado 75,2% nesta classificação, sendo esta detentora da maior parte dos respondentes como já citado anteriormente.

Sobre do ensino da Contabilidade Pública, questionou-se aos respondentes como ele avalia a metodologia utilizada frente ao repasse dos assuntos desta área. Os resultados estão evidenciados na tabela 8.

Tabela 08 - Metodologia utilizada para assimilação dos assuntos de Contabilidade Pública

Descrição	Frequência	ASPER(%)	IESP(%)	LUMEN(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Todas(%)
Ruim	49	7,4%	7,1%	14,3%	41,6%	9,1%	27,5%
Regular	68	29,6%	35,7%	14,3%	43,6%	40,9%	38,2%
Bom	50	51,9%	50,0%	64,3%	12,9%	31,8%	28,1%
Ótimo	10	11,1%	7,1%	7,1%	2,0%	13,6%	5,6%
Excelente	1	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,5%	0,6%
Total	178	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Estabelecendo uma visão voltada para os resultados apresentados por cada IES de maneira isolada, tem-se que ASPER, IESP e LUMEN apresentaram em sua maioria respostas voltadas para a classificação “bom”. Já a UNIPÊ apresentou 40,9% na classificação “regular” e a UFPB apresentou uma tendência a equilíbrio entre “ruim” e “regular”, cada qual apresentando 41,6% e 43,6. Em sua maioria, os respondentes tenderam suas opiniões para patamares de mediano a inferior de classificação e a única IES que apresentou opiniões na melhor qualificativa foi o UNIPÊ, com 4,5%, entretanto, este percentual corresponde a apenas um respondente.

De modo geral, abarcando-se todas as IES e estabelecendo um panorama único, tem-se um aparente equilíbrio entre “ruim”, “regular” e “bom”, com uma tendência para a classificação mediana, qual seja “regular”, esta com 38,2%.

A última abordagem da pesquisa referiu-se ao tempo utilizado pelas IES na abordagem do assunto de Contabilidade Pública. Os resultados dos dados estão evidenciados na tabela 9.

Tabela 9 - Tempo de abordagem dos assuntos de Contabilidade Pública

Descrição	Frequência	ASPER(%)	IESP(%)	LUMEN(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Todas (%)
Ruim	68	11,1%	7,1%	28,6%	54,5%	22,7%	38,2%
Regular	72	51,9%	71,4%	64,3%	30,7%	36,4%	40,4%
Bom	27	14,8%	14,3%	7,1%	13,9%	27,3%	15,2%
Ótimo	10	18,5%	7,1%	0,0%	1,0%	13,6%	5,6%
Excelente	1	3,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%
Total	178	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

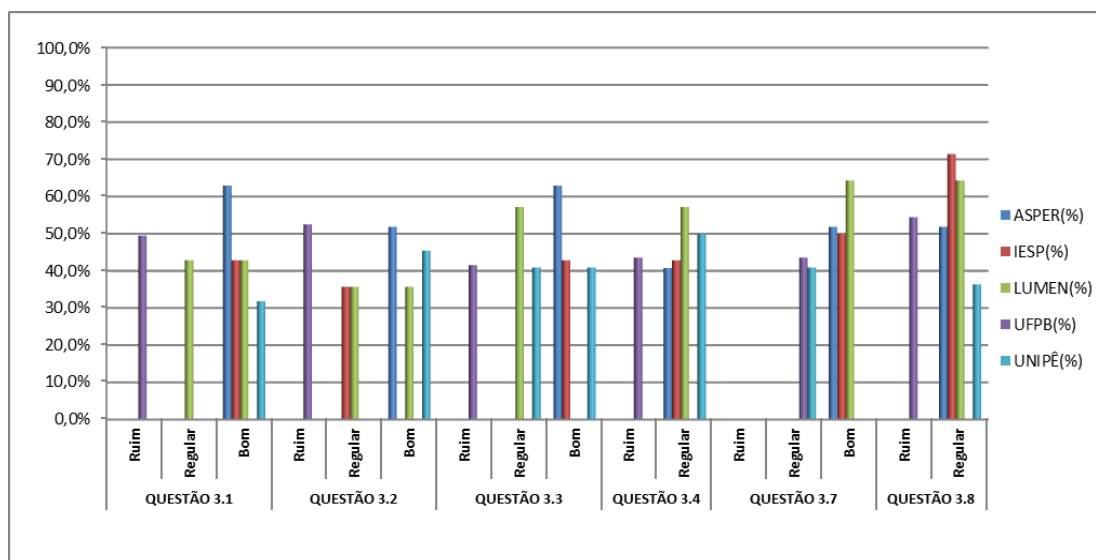
Estabelecendo o foco analítico para cada IES, tem-se que a maioria dos respondentes da ASPER, IESP e LUMEN opinaram que o tempo de abordagem dos assuntos inerentes à Contabilidade Pública foi regular, apresentando 51,9%, 71,4 e 64,3% respectivamente. Já os respondentes correlatos a UFPB apresentaram, em sua maioria, a qualificação temporal “ruim” para o quesito, sendo seu indicador percentual de 54,5%. Em relação a UNIPÊ, as respostas a este quesito apresentaram índices divididos, demonstrando 22,7% para a qualificativa “ruim”, 36,4% para “regular” e 27,3% para “bom”. A única IES que apresentou resultados para a melhor qualificativa do quesito foi a ASPER, apresentando 3,7%, entretanto, este percentual foi representado por apenas um respondente.

Identifica-se segundo a pesquisa uma divisão entre a qualificativa “ruim” e “regular”, com percentuais de 38,2% e 40,4% respectivamente. Este fato se deve ao equilíbrio demonstrado pela maior parte das IES quanto à classificação “regular” e a influência numérica exercida pela UFPB em relação ao total dos respondentes, esta obteve a maioria de respostas pertinentes ao item “ruim”.

Procedendo com o resumo dos maiores percentuais de cada Instituição de Ensino Superior em cada quesito formulado, abarcando as questões 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.7 e 3.8, as quais trazem acerca da avaliação da quantidade de disciplinas que abordam a Contabilidade Pública nas IES de João Pessoa, quanto aos conhecimentos práticos, teóricos e técnicos, a avaliação dos alunos quanto a metodologia utilizada para o repasse dos assuntos, e ainda o tempo de abordagem destes assuntos. De acordo com os resultados, evidencia-se o panorama geral traçado pelos alunos respondentes de cada IES, inclusive tem-se a possibilidade de promover a análise comparativa de cada uma frente aos quesitos e resultados

formulados, promovendo, por conseguinte uma possível hierarquização das IES conforme os resultados obtidos em cada quesito, elencando as instituições que obtiveram os melhores e piores resultados conforme demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Desempenho das IES



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Quanto a questão 3.1, que indagou acerca da avaliação da quantidade de disciplinas oferecidas pela IES, a Instituição que obteve a melhor opinião proferida pelos alunos respondentes foi a ASPER, apresentando 62,96% na classificação “Bom”, em contrapartida a UFPB obteve para esta questão o maior resultado em “ruim”, 49,50% dos discentes optaram por esta resposta, ficando deste modo em última classificação.

Na questão 3.2 a ASPER continuou figurando com o melhor resultado, apresentando 51,9% na classificação “Bom” quanto as opiniões relativas a classificação do conhecimento prático acerca de Contabilidade Pública adquirido junto a IES correlata. Ainda quanto a este quesito, a UFPB apresenta-se na última colocação, apresentando 52,5% na classificação “Ruim”.

A questão 3.3 diz respeito a opinião dos respondentes acerca do conhecimento teórico adquirido ao longo do curso de Ciências Contábeis relativo a área da Contabilidade Pública, neste caso tem-se como IES melhor posicionada é a ASPER, pontuando 63,0% na classificação “Bom”, por outro lado, a UFPB continua figurando em última posição com 41,6% na classificação “Ruim”. Focando no quesito 3.4, referindo-se a classificação de cada respondente acerca do conhecimento

técnico condizente a Contabilidade Pública, tem-se a LUMEN como melhor classificada pelos alunos, apresentando 57,1% na qualificadora “Regular”, já a IES que apresenta o resultado mais baixo na opinião de seus respectivos respondentes foi a UFPB, demonstrando que estes a qualificaram neste ítem como “Ruim” em 43,6%.

Com relação ao quesito 3.7, foi questionado na pesquisa a opinião acerca da classificação da metodologia utilizada para repassar os assuntos pertinentes à Contabilidade Pública no curso de graduação fornecido pelas IES. Desta vez, a LUMEN apresentou o resultado mais positivo, apresentando 64,3% de respostas voltadas para a classificação “Bom” da pergunta. Seguindo com a análise deste ponto, a UFPB apresenta 43,6% de respostas voltadas para a classificação “Regular”, estando assim em última colocação do ítem.

O último ítem abarcado foi a questão 3.8, na qual questiona-se sobre a percepção dos alunos respondentes quanto a classificação do tempo utilizado na abordagem dos assuntos pertinentes a Contabilidade Pública para a compreensão de todo o assunto. Neste caso, o IESP demonstrou que 71,4% de seus pesquisados a classificaram no ítem como “Regular”, encontrando-se deste modo a frente das demais IES neste quesito, por outro lado, a UFPB foi classificada por seus alunos pesquisados, com 54,5%, como “Ruim” apresentando o menor desempenho.

De maneira geral, a IES que apresentou os resultados mais positivos na opinião de seus alunos foi a ASPER, apresentando-se como melhor classificada nos quesitos 3.1, 3.2 e 3.3, já a UFPB foi a IES que apresentou os mais baixos índices de classificação em pesquisa, estando em última colocação em todos os quesitos abarcados por este gráfico.

4 CONCLUSÃO

Por meio deste trabalho foi possível identificar o nível de conhecimento em Contabilidade Pública dos alunos de ciências contábeis da maioria das instituições de ensino superior de João Pessoa. Os resultados desta pesquisa foram alcançados por meio da participação dos discentes em ciências contábeis das instituições pesquisadas.

Inicialmente foi traçado o perfil dos respondentes, constatando-se que a maioria destes eram mulheres, grande parte tinha idade entre vinte e trinta anos, observou-se também que mais da metade dos alunos pesquisados estudavam na UFPB, e ainda que os respondentes cursavam entre o quinto e décimo períodos.

Diante dos resultados apresentados com relação ao ensino de Contabilidade Pública, foi possível identificar alguns pontos negativos, visto que a maioria dos resultados apresentaram índices mais altos nas opções “ruim” ou “regular”. De igual modo, na abordagem de assuntos mais atualizados em Contabilidade Pública, como as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, percebe-se um declínio ainda maior dos conhecimentos adquiridos pelo alunado, pois as questões que trataram deste assunto foram as que mais obtiveram resultados negativos, na maioria das instituições pesquisadas estas questões apresentaram percentuais mais elevados optantes pela classificação “ruim”.

Perante a avaliação dos alunos quanto ao seu conhecimento em Contabilidade Pública e a abordagem desta pelas instituições, observou-se que a ASPER foi a instituição que mais se destacou positivamente, visto que a maioria dos seus alunos atribuíram a opção “bom” nas questões relativas a estes conhecimentos, por outro lado a instituição que obteve maiores índices em “ruim” nestas questões foi a UFPB.

Diante dos resultados apresentados nesta pesquisa, observou-se a viabilidade de algumas mudanças neste cenário, uma possível saída seria a reformulação das grades curriculares e ementas disciplinares. O que falta, porém, segundo os resultados do estudo, é uma melhor avaliação por parte das IES quanto ao ensino que está sendo oferecido aos alunos e em contrapartida os conhecimentos que estes estão adquirindo.

4.1 Limitações da Pesquisa

A pesquisa realizada apresentou limitações no que se refere à captação de respondentes, visto que das seis IES que se enquadravam das delimitações desta pesquisa apenas cinco foram alcançadas, pois mesmo após diversas tentativas, uma faculdade não disponibilizou as informações necessárias nem permitiu a aplicação dos questionários. Outra limitação se refere a pouca quantidade de alunos conseguidos em algumas instituições, pois na LUMEN e na IESP apenas foram alcançados os discentes do último período.

4.2 Sugestões para Trabalhos Futuros

Espera-se que os resultados obtidos por meio desta pesquisa possam vir a servir de incentivo para a feitura de outros trabalhos correlatos, não apenas focados na abordagem da Contabilidade Pública junto ao ensino promovido nas Instituições de Ensino Superior, mas também em outras disciplinas. No mesmo sentido, espera-se que também possa ser promovida a comparabilidade com outros estudos semelhantes nestas instituições bem como ser feito um aprofundamento de estudos voltados a esta temática, promovendo um ambiente propício à formação de profissionais da contabilidade cada vez melhores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-graduação: noções práticas**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública da Teoria à Prática**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Pública: Teoria, Técnica de Elaboração de Balanços e 500 Questões**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: CFC, 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm > Acesso em : 23 Jan. 2014

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, Senado, 2008.

_____. **Decreto-Lei nº 7.988 de 22 de setembro de 1945**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27880>>. Acesso em 23 jan. 2014.

_____. **LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília: Congresso Nacional, 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm >. Acesso em: 21 fev. 2014.

_____. **Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951.** Inclui, no curso de Ciências Econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Brasília: CFC, 1951. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=79433>> Acesso em: 24 Jan. 2014.

_____. **PORTARIA Nº. 184, DE 25 DE AGOSTO DE 2008.** Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Brasília: Ministério da Fazenda, 2008. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/institucional/legislacao/2008/portaria184>>. Acesso em: 25 Jan. 2014.

_____. **Resolução nº. 10 de 16 de dezembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf> Acesso em: 24 Jan. 2014.

CARVALHO, L. E. **Setor público tem até 2012 para se adequar ao novo padrão contábil.** Brasília: CFC, 2012. Disponível em: <http://www.socialiris.org/fncasp/digital/index.php?option=com_content&view=article&id=90:setor-publico-tem-ate-2012-para-se-adequar-ao-novo-padrao-contabil&catid=1:normas-e-a-convergencia&Itemid=9%3E>. Acesso em: 14 out.2013.

CASTRO, Domingos Poubel de Castro; GARCIA, Leice Maria. **Contabilidade Pública no Governo Federal.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado através da pesquisa científica.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

JUND, Sergio. **Administração, Orçamento e Contabilidade Pública: teoria e 830 questões.** 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública Teoria e Prática.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, Jorge. **O Fazer do Trabalho Científico em Ciências Sociais Aplicadas.** Recife: Universitária da UEPE, 2006.

MEC. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2014. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 Jan. 2014.

_____. **PARECER CNE/CES 1.362/2001 Despacho do Ministro em 22/2/2002, publicado no Diário Oficial da União de 25/2/2002, Seção 1, p. 17**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/136201Engenharia.pdf> . Acesso em: 08 Fev. 2014.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. **RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.128/08**. Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <<http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/orientacao/Contabil/arquivos/normasbrasileirasdecontabilidadeaplicadasao setorpublicoealteracoes.pdf>>. Acesso em: 20 Jan. 2014.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias; ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REIS, A. DE J; SILVA, S.L. da; SILVA, C.C.A.da. **A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO BRASIL. [S.l:s.d], 2014**. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&sqi=2&ved=0CFgQFjAF&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.unifacs.br%2Findex.php%2Fsepa%2Farticle%2Fdownload%2F299%2F247&ei=PGvyUsvhFfTEsATXx4CQBA&usq=AFQjCNGyUcZzHN3beBnZ3tnqPyOfnY8o0g&sig2=vNj84UZjv0LgBJhr6lt7HA>. Acesso em: 05 Fev. 2014.

ROCHA, R.A; SILVA JUNIOR, J.N. **NOVA CONTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. Paraíba: Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão em Políticas Públicas, pela Faculdade Redentor, 2012. Acesso em: <http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/30012013Tcc%20Ricardo%20Alexandre%20Rocha.pdf>. Acesso em: 25 Jan. 2014.

SILVA, L.M. da. **A NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA: CFC DIVULGA IPSAS TRADUZIDAS**. [S.l]: Blog do Profº Lino, 2012. Disponível em: <<http://linomartins.wordpress.com/2012/06/28/a-nova-contabilidade-publica-cfc-divulga-ipsas-traduzidas/>>. Acesso em: 25 out.2013

_____. **Contabilidade do bem e do mal...**[S.l]: Blog do Profº Lino, 2012. Disponível em <<http://linomartins.wordpress.com/2008/10/>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

TORRES, F. Nova Contabilidade Pública trará transparência, mas há desafios. [S.l]: **Valor econômico**, 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3119402/nova-contabilidade-publica-trara-transparencia-mas-ha-desafios>>. Acesso em: 14 out. 2013.

TREVISAN. **Setor público tem até 2012 para se adequar ao novo padrão contábil**. São Paulo: Valor econômico, 2011. Disponível em: <<http://trevisan.edu.br/imprensa/detalhe.cfm?idimprensa=986>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO



APÊNDICE A

Questionário para avaliação dos conhecimentos em contabilidade pública adquiridos pelos alunos de ciências contábeis na graduação.

1 - Perfil do respondente

- 1.1 - Gênero do respondente: Masculino () Feminino ()
 1.2 - Idade: _____
 1.3-Instituição que estuda: _____
 1.4- Período que está cursando: _____

2 - Responder os questionamentos abaixo

- 2.1- Nas disciplinas cursadas na graduação desta Instituição, foi abordado o assunto acerca das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS)? Sim () Não ()
- 2.2- Você tem conhecimento acerca dos benefícios trazidos através da aplicação das IPSAS? Sim () Não ()
- 2.3- De acordo com os seus conhecimentos, complete com o ano para o qual está previsto a obrigatoriedade da utilização das IPSAS nas entidades governamentais Brasileiras. _____

3 - Assinale com um X a alternativa que mais se enquadre com a sua opinião, levando em consideração a Instituição de ensino em que você estuda.		RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO	EXCELENTE
3.1	Avalie a quantidade de disciplinas que a Instituição oferece para abordar os assuntos referentes à contabilidade pública.					
3.2	Como você classifica o conhecimento prático acerca da contabilidade pública adquirido nesta instituição, para ingressar no mercado de trabalho, caso você siga este ramo?					
3.3	De acordo com as opções classifique o conhecimento teórico adquirido ao longo do curso de ciências contábeis na área de Contabilidade Pública?					
3.4	De acordo com as opções classifique o seu conhecimento técnico acerca da Contabilidade Pública?					
3.5	Qual seu nível de conhecimento acerca das Normas Internacionais Aplicadas ao Setor Público (IPSAS)?					
3.6	Como você classifica seus conhecimentos acerca das mudanças provocadas pelas IPSAS?					
3.7	Como você avalia a metodologia utilizada para repassar os assuntos de contabilidade pública no curso de graduação desta Instituição para a assimilação do assunto?					
3.8	Como você classifica o tempo utilizado na abordagem dos assuntos de contabilidade pública para a compreensão de todo o assunto?					

*Sua sinceridade é imprescindível para o bom desempenho desta pesquisa.

ANEXO A: Grade Curricular, Contábeis Noturno - UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

NOME:		MATRÍCULA:	
E-MAIL:		TELEFONE:	

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS TURNO: NOTURNO (59) UFPB/CCSA – CAMPUS I - JOÃO PESSOA		CARGA HORÁRIA - CURRÍCULO 2006	
DISCIPLINAS	HORAS AULA	CRÉDITOS	
OBRIGATORIAS	1920	128	
ELETIVAS	300	20	
COMPLEMENTARES	660	44	
TOTAL	2.880	192	

INTEGRAÇÃO CURRICULAR EM PERÍODOS LETIVOS TEMPO MÍNIMO: 10 TEMPO MÁXIMO: 14	
---	--

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO	10º PERÍODO
CONTABILIDADE I 1202256/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)	CONTABILIDADE II 1202256/Cr 04 T/02-2, 20:40(2)	CONTABILIDADE III 1202257/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)	TEORIA DA CONTABILIDADE 1202260/Cr 04 T/02-3, 5, 19:00(2)	CONTABIL. DE CUSTOS 1202133/Cr 04 T/02-3, 5, 19:00(2)	CONTABILIDADE INTERNACIONAL 1202269/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)	ANÁLISE DE CUSTOS 1202106/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)	CONTABILIDADE INTERNACIONAL 1202269/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)	LABORATÓRIO CONTABIL II 1202289/Cr 16 T/02-2, 4, 20:40(2) 3, 5, 6, 19:00(4)	CONTABILIDADE IV 1202258/Cr 04 T/02-3, 5, 19:00(2)
INSTIT. DE DIR. PÚBLICO E PRIVADO 1501175 T/04 - 3, 20:40(2)	Leg. Soc. Trabalho e Previdência 1502216/Cr 04 T/02 - 2, 6, 19:00(2)	DIREITO TRIBUTÁRIO 1501171 T/02 - 3, 20:40(2)	DIREITO EMPRESARIAL 1502206/Cr 04 T/02 - 2, 20:40(2)	PERICIA E ARB. CONTÁBIL 1202264/Cr 04 T/02- 3, 5, 20:40(2)	ADMINISTR. FINANCEIRA 1202169/Cr 04 T/02-4, 19:00(2)	ADMINISTR. FINANCEIRA 1202169/Cr 04 T/02-4, 19:00(2)	MERC. FIN. DE CAPITAIS 1201156/Cr 04 T/02-4, 20:40(2)	Trab. de Conc. do Curso 1202261/Cr 04 T/02-5, 19:00(4)	Controladoria Organizacional 1202263/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)
HIST. DO PENS. CONTÁBIL 1202260/Cr 04 T/02 - 5, 20:40(2)	Introdução à Sociologia 1401134/Cr 04 T/02-3, 5, 20:40(2)	ECONOMIA I 1201126/Cr 04 T/06-4, 6 20:40(2)	PRINCÍPIO DA COMPUTAÇÃO 1107159/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)	AUDITORIA CONTÁBIL 1202108/Cr 04 T/02- 4, 19:00(2)	CONTABIL. GERENCIAL 1202142/Cr 04 T/02-2, 19:00(2)	CONTABIL. GERENCIAL 1202142/Cr 04 T/02-2, 19:00(2)	MET. QUANT. APLIC. A CONTABILIDADE 1202288/Cr 04 T/02-3, 5, 20:40(2)	Trabalho de Conclusão do Curso 1202261/Cr 04 T/02-5, 19:00(4)	Temas Especiais em Contabilidade
ADMINISTRAÇÃO 1204180/Cr 04 T/02-2, 4, 20:40(2)	Metod. do Trab. Científico 1205003/Cr 04 T/02-4, 6, 20:40(2)	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL 1403153/Cr 04 T/07-3, 5 19:00(2)	PESQ. APLIC. A CONTABILIDADE 1202278/Cr 04 T/02-4, 6, 2:40(2)	ANAL. DAS DEMONS. CONTÁBIL 1202106/Cr 04 T/02-2, 4, 20:40(2)	ESTATÍSTICA 1108104/Cr 04 T/03-3, 5, 19:00(2)	ESTATÍSTICA 1108104/Cr 04 T/03-3, 5, 19:00(2)	SIST. DE INFOR. CONTÁBIL 1202166/Cr 04 T/02-2, 6, 20:40(2)	Trabalho de Conclusão do Curso 1202261/Cr 04 T/02-5, 19:00(4)	Temas Especiais em Contabilidade
MATEMÁTICA I 1103174/Cr 04 T/02-3, 5, 19:00(2)	Matemática Financeira 1202161/Cr 04 T/02-3, 5, 19:00(2)	ÉTICA GER. E PROF. PROFISSIONAL 1202158/Cr 04 T/02-3, 5, 20:40(2)	OPTATIVA	CONTABILIDADE E PÚBLICA 1202149/Cr 04 T/02 - 2, 6, 19:00(2)	OPTATIVA	OPTATIVA	OPTATIVA	Optativa	Optativa
CR/S 20	CR/S 20	CR/S 20	CR/S 20	CR/S 16	CR/S 20	CR/S 20	CR/S 20	CR/S 16	CR/S 16

ANEXO B: Grade Curricular, Contábeis Diurno - UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

NOME:		MATRÍCULA:	
E-MAIL:		TELEFONE:	

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS TURNO: NOTURNO (59) UFPB/CCSA – CAMPUS I - JOÃO PESSOA		CARGA HORÁRIA - CURRÍCULO 2006	
DISCIPLINAS	HORAS AULA	CRÉDITOS	
OBRIGATORIAS ELETIVAS	1920 300	128 20	
COMPLEMENTARES	660	44	
TOTAL	2.880	192	

INTEGRAÇÃO CURRICULAR EM PERÍODOS LETIVOS TEMPO MÍNIMO: 10 TEMPO MÁXIMO: 14	
---	--

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO	10º PERÍODO
CONTABILIDADE I 1202255/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)	CONTABILIDADE II 1202256/Cr 04 T/02-2, 20:40(2) 4, 19:00(2)	CONTABILIDADE III 1202257/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)	TEORIA DA CONTABILIDADE 1202258/Cr 04 T/02-3, 5, 19:00(2)	CONTABILIDADE DE CUSTOS 1202105/Cr 04 T/02-3, 5, 19:00(2)	CONTABILIDADE INTERNACIONAL 1202259/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)	ANÁLISE DE CUSTOS 1202106/Cr 04 T/02-2, 4, 20:40(2)	CONTABILIDADE INTERNACIONAL 1202259/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)	LABORATÓRIO CONTÁBIL II 1202289/ Cr 16 T/02-2, 4, 20:40(2) 3, 5, 6, 19:00(4)	CONTABILIDADE IV 1202258/Cr 04 T/02-3, 5, 19:00(2)
INSTIT. DE DIR. PÚBLICO E PRIVADO 1901176 T/04 - 3, 20:40(2) 6, 20:40(2)	Leg. Soc. Traba e Previdenciária 1502216/ Cr 04 T/02 - 2, 6, 19:00(2)	DIREITO TRIBUTÁRIO 1501171 T/02 - 3, 20:40(2) 6, 19:00(2)	DIREITO EMPRESARIAL 1502206/Cr 04 T/02 - 2, 20:40(2) 6, 19:00(2)	PERÍCIA E ARB. CONTÁBIL 1202254/Cr 04 T/02- 3, 5, 20:40(2)	MERC. FIN. DE CAPITALIS 1201155/Cr 04 T/03-4, 20:40(2) 6, 19:00(2)	ADMINISTR. FINANCEIRA 1202169/Cr 04 T/02-4, 19:00(2) 6, 20:40(2)	MERC. FIN. DE CAPITALIS 1201155/Cr 04 T/03-4, 20:40(2) 6, 19:00(2)	LABORATÓRIO CONTÁBIL I 1202282/ Cr 16 T/02-2, 4, 19:00(2) 3, 5, 6, 19:00(4)	Trab de Conc do Curso 1202261/Cr 04 T/02-5, 19:00(4)
HIST. DO PENS. CONTÁBIL 1202260/Cr 04 T/02 - 5, 20:40(2) 6, 19:00(2)	Introdução à Sociologia 1401134/ Cr 04 T/02-3, 5, 20:40(2)	ECONOMIA I 1201156/Cr 04 T/06-4, 6 20:40(2)	PRINCÍPIO DA CONTABILIDADE 1107159/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)	AUDITORIA CONTÁBIL 1202108/Cr 04 T/02- 4, 19:00(2) 6, 20:40(2)	CONTABIL. GERENCIAL 1202142/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2) 5, 20:40(2)	ESTATÍSTICA 1106104/Cr 04 T/03-3, 5, 19:00(2)	SIST. DE INFOR. CONTÁBEIS 1202165/Cr 04 T/02-2, 6, 20:40(2)	Controleadoria Organizacional 1202263/Cr 04 T/02-2, 4, 19:00(2)	Temas Especiais em Contabilidade
ADMINISTRAÇÃO I 1204180/Cr 04 T/02-2, 4, 20:40(2)	Metod. do Trab. Científico 1205003/ Cr 04 T/10-4, 5, 20:40(2)	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL 1403153/Cr 04 T/07-3, 5 19:00(2)	PESQ. APLIC. A CONTABILIDADE 1202278/Cr 04 T/02-4, 6, 20:40(2)	ANAL. DAS DEMONS. CONTÁBEIS 1202106/Cr 04 T/02-2, 4, 20:40(2)	OPTATIVA	OPTATIVA	OPTATIVA	CR/S 20	CR/S 20
MATEMÁTICA I 1103174/Cr 04 T/02-3, 5, 19:00(2)	Matemática Financeira 1202161/ Cr 04 T/02-3, 5, 19:00(2)	ÉTICA GER. E PROFISSIONAL 1202150/Cr 04 T/02-3, 5, 20:40(2)	OPTATIVA	CONTABILIDAD E PÚBLICA 1202149/Cr 04 T/02 - 2, 6, 19:00(2)	OPTATIVA	OPTATIVA	OPTATIVA	CR/S 20	CR/S 16

ANEXO C: Plano de ensino, Contabilidade Pública e Governamental - ASPER**PLANO DE ENSINO**

CURSO: Ciências Contábeis

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Contabilidade Pública e Governamental

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4,5hs/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 90hs/aula

I – EMENTA

Esta disciplina trata da escrituração contábil na Administração Pública, oferecendo aos alunos o conhecimento necessário para a elaboração de demonstrações contábeis do setor público. Ela capacita os estudantes a registrar os principais fatos decorrentes da ação dos gestores dos bens públicos, evidenciando, por meio de relatórios, os resultados da administração orçamentária, financeira, patrimonial e de custos, em conformidade com a legislação pertinente. Esta disciplina possibilitar ao aluno o domínio da sistemática que envolve o controle orçamentário e financeiro da administração pública.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver com os alunos conhecimentos necessários para as seguintes competências:

- Abordar os aspectos de interpretação de cunho legalista sobre as normas de orçamento, contabilização, controle e prestação de contas do setor público.
- Assinalar a importância crescente que a Contabilidade Pública assume no setor econômico.
- Enfatizar a Contabilidade Pública como instrumento que visa à prestação de serviços, exigindo que os profissionais renovem seus métodos de trabalho para tornar o processo de tomada de decisões mais eficaz.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Capacitar os estudantes a contabilizar os principais fatos decorrentes da ação dos gestores dos bens públicos, evidenciando, por meio de relatórios contábeis ou gerenciais, os resultados da administração orçamentária, financeira, patrimonial e de custos, em conformidade com a legislação pertinente. Possibilitar o domínio da sistemática que envolve o controle orçamentário e financeiro da administração pública.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4.1 Contabilidade Aplicada Ao Setor Público

- 4.1.1 Serviço Público
- 4.1.2 Administração Pública
- 4.1.3 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

4.2 Patrimônio e Sistemas Contábeis

- 4.2.1 Patrimônio público
- 4.2.2 Classificação do patrimônio público
- 4.2.3 Sistema Contábil
- 4.2.4 Sistema Orçamentário
- 4.2.5 Sistema Financeiro
- 4.2.6 Sistema Patrimonial
- 4.2.7 Sistema de Compensação
- 4.2.8 Sistema de Custos
- 4.2.9 Regimes Contábeis

4.3 Orçamento Público

- 4.3.1 Origem, conceito e divisões.
- 4.3.2 Princípios orçamentários
- 4.3.3 Técnicas de elaboração orçamentária.
- 4.3.4 Plano plurianual de investimentos (PPA)
- 4.3.5 Lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e Lei orçamentária anual (LOA)
- 4.3.6 Processo Orçamentário

4.4 Registro Contábil

- 4.4.1 Conceitos
- 4.4.2 Classificação
- 4.4.3 Plano de Contas
- 4.4.4 Receitas e Despesas Públicas
- 4.4.5 Estágios e legislação
- 4.4.6 Suprimento de fundos, Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores

4.5. Demonstrações Contábeis

- 4.5.1 Balanço Orçamentário
- 4.5.2 Balanço Financeiro
- 4.5.3 Balanço Patrimonial
- 4.5.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 4.5.5 Demonstração das Variações Patrimoniais
- 4.5.6 Demonstração do Resultado Econômico
- 4.5.7 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
- 4.5.8 Consolidação das Demonstrações Contábeis

4.6 Gestão Fiscal

- 4.6.1 Lei de responsabilidade fiscal
- 4.6.2 Conceitos e Noções
- 4.6.3 Crimes fiscais

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

- 5.1 Aulas expositivas
- 5.2 Exercícios de fixação individuais e em grupo
- 5.3 Exercícios em classe e extra-classe
- 5.4 Pesquisas extra-classe

VI – AVALIAÇÃO

- 6.1 Provas escritas
- 6.2 Trabalhos e exercícios desenvolvidos em classe e extra-classe
- 6.3 Participações em questionamentos e debates

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica

SILVA, Valmir Leôncio da, **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Uma Abordagem Prática**. 1ª ed., São Paulo: Atlas, 2012.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**. 12ª ed., São Paulo: Atlas, 2012

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 4ª edição:

<<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/contabilidade-publica/principais-publicacoes/mcasp>

Bibliografia Virtual

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público**. <http://www.cfc.org.br/>

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 4ª edição:

<<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/contabilidade-publica/principais-publicacoes/mcasp>

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**, 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2012.

ANEXO D: Grade Curricular detalhada – INPER(ASPER)

Grade Curricular Detalhada

Curso: 49801-INPER-PB - CIENCIAS CONTABEIS

Turno: 3 - 1ª SÉRIE

Ano/Período: 2014/1

Regime: Semestral

Série: 1ª SÉRIE

Disciplina	Nome	Aulas Semanais			Carga Horária			Alunos por Docente	
		Teo	Prá	Total	Teo	Prá	Total	Teo	Prá
748U	ARC ADM RELACIONAMENTO C/O CLIENTE	4,50		4,5	90		90	100	
956U	CHO COMPT HUM NAS ORGANIZACOES	4,50		4,5	90		90	100	
956X	ECON NEG ECONOMIA E NEGOCIOS	3,00		3,0	60		60	100	
459Q	ED ESTUDOS DISCIPLINARES				10		10	100	
D267	HS HOMEM E SOCIEDADE	1,50		1,5	30		30	100	
D277	IPT INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO	1,50		1,5	30		30	100	
713X	APS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVIS				50		50	100	
Total por Série = 360									

Série: 2ª SÉRIE

Disciplina	Nome	Aulas Semanais			Carga Horária			Alunos por Docente	
		Teo	Prá	Total	Teo	Prá	Total	Teo	Prá
D253	CE COMUNICAÇÃO E EXPRESSAO	1,50		1,5	30		30	100	
361W	CONTABIL CONTABILIDADE	4,50		4,5	90		90	100	
D243	CS CIENCIAS SOCIAIS	1,50		1,5	30		30	100	
544Q	ED ESTUDOS DISCIPLINARES				10		10	100	
351W	EPA EVOL DO PENSAM ADMINISTRATIVO	4,50		4,5	90		90	100	
371W	TECN INFOR TECNOLOGIAS DA INFORMACAO	1,50	1,50	3,0	60	60	120	100	50
207W	APS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISI				50		50	100	
Total por Série = 360									

Série: 3ª SÉRIE

Disciplina	Nome	Aulas Semanais			Carga Horária			Alunos por Docente	
		Teo	Prá	Total	Teo	Prá	Total	Teo	Prá
263T	CONT COMER CONTABILIDADE COMERCIAL	4,50		4,5	90		90	100	
939X	CONT EMP CONTABILIDADE EMPRESARIAL	1,50		1,5	30		30	100	
949X	CONT TRIB CONTABILIDADE TRIBUTARIA	1,50		1,5	30		30	100	
554Q	ED ESTUDOS DISCIPLINARES				10		10	100	
242Y	GRI GEOPOLIT, REGIONALIZ E INTEGRA	3,00		3,0	60		60	100	
D812	INST DIR INSTITUICOES DE DIREITO	3,00		3,0	60		60	100	

ImpCurriculoPage

Pag. 1/4

Grade Curricular Detalhada

Curso: 49801-INPER-PB - CIENCIAS CONTABEIS

Turno: 3 - 3º SÉRIE

Currículo: 20141

Ano/Período: 2014/1

Regime: Semestral

Série: 3ª SÉRIE		Aulas Semanais				Carga Horária				Alunos por Docente	
Disciplina	Nome	Teo	Prá	Ativ	Total	Teo	Prá	Ativ	Total	Teo	Prá
252Y	MATEM	1.50			1.5	30			30		
703X	APS					50			50		
	MATEMÁTICA										
	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERV										
Total por Série = 360										100	

Série: 4ª SÉRIE		Aulas Semanais				Carga Horária				Alunos por Docente	
Disciplina	Nome	Teo	Prá	Ativ	Total	Teo	Prá	Ativ	Total	Teo	Prá
381W	CONT CUST	1.50			1.5	30			30		
391W	CONT INTER	4.50			4.5	90			90		
D748	DIR TRIB	1.50			1.5	30			30		
564Q	ED					10			10		
128Y	MAT FINANC	3.00			3.0	60			60		
D621	MFC	1.50			1.5	30			30		
148Y	PCT	3.00			3.0	60			60		
121W	APS					50			50		
	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISI										
Total por Série = 360										100	

Série: 5ª SÉRIE		Aulas Semanais				Carga Horária				Alunos por Docente	
Disciplina	Nome	Teo	Prá	Ativ	Total	Teo	Prá	Ativ	Total	Teo	Prá
224T	AB	1.50			1.5	30			30		
289W	ADM FINANC	4.50			4.5	90			90		
322W	CONT SOCIE	4.50			4.5	90			90		
206Q	ED					10			10		
312W	EDC	1.50			1.5	30			30		
D569	ESTAT	1.50			1.5	30			30		
D194	MTA	1.50			1.5	30			30		
161W	APS					50			50		
	ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISI										
Total por Série = 360										100	

Curso: 49801-INPER-PB - CIENCIAS CONTABEIS

Turno: 3 - 6ª SÉRIE

Currículo: 20141

Ano/Período: 2014/1

Regime: Semestral

Série: 6ª SÉRIE		Aulas Semanais			Carga Horária			Alunos por Docente		
Disciplina	Nome	Teo	Prá	Ativ	Teo	Prá	Ativ	Teo	Prá	Ativ
188Y	AC ANÁLISE DE CUSTOS	3,00			60			60		
D802	CCI CIÊNCIAS CONTÁBEIS INTERDISC	1,50			30			30		
189Y	CONT FINAN CONTABILIDADE FINANCEIRA	3,00			60			60		
352W	CPG CONTAB PUBL E GOVERNAMENTAL	4,50			90			90		
201Y	DST DIREITO SOCIAL E TRABALHISTA	1,50			30			30		
275Q	ED ESTUDOS DISCIPLINARES				10			10		
D105	MET PESQ (METODOS DE PESQUISA)	1,50			30			30		
191W	APS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIO				50			50		
		Total por Série = 360								

Série: 7ª SÉRIE		Aulas Semanais			Carga Horária			Alunos por Docente		
Disciplina	Nome	Teo	Prá	Ativ	Teo	Prá	Ativ	Teo	Prá	Ativ
372W	AUDIT AUDITORIA	4,50			90			90		
367Q	CI CON INT CIÊNCIAS CONTÁBEIS INTEGRADA	1,50			30			30		
221Y	CON GEREN CONTABILIDADE GERENCIAL	1,50			30			30		
231Y	CONTR ORC CONTROLADORIA E ORÇAMENTO	1,50			30			30		
132W	ED ESTUDOS DISCIPLINARES				20			20		
129Y	GEST INFOR GESTAO DAS INFORMACOES	3,00			60			60		
211Y	PAA PERICIA AVALIACAO E ARBITRAGEM	3,00			60			60		
142W	APS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISI				50			50		
		Total por Série = 370								

Série: 8ª SÉRIE		Aulas Semanais			Carga Horária			Alunos por Docente		
Disciplina	Nome	Teo	Prá	Ativ	Teo	Prá	Ativ	Teo	Prá	Ativ
303W	ADC ANÁLISE DAS DEMONST CONTÁBEIS	4,50			90			90		
241Y	AVAL EMPR AVALIACAO DE EMPRESAS	1,50			30			30		
382W	CA CONTABILIDADE AVANÇADA	1,50			30			30		
182W	ED ESTUDOS DISCIPLINARES				20			20		

Instituto Paraibano de Ensino Renovado

Emissão:
27/01/2014
14:42:53

Grade Curricular Detalhada

Curso: 49801-INPER-PB - CIENCIAS CONTABEIS

Turno: 3 - 8ª SÉRIE

Currículo: 2014/1

Ano/Período: 2014/1

Regime: Semestral

Série: 8ª SÉRIE		Aulas Semanais				Carga Horária				Alunos por Docente	
Disciplina	Nome	Teo	Prá	Ativ	Total	Teo	Prá	Ativ	Total	Teo	Prá
557P	EST CURR (ESTAGIO CURRICULAR)					200			200		
169Y	GOV CORP GOVERNANCA CORPORATIVA	1.50		1.5		30			30		
392W	NIC NORMAS INTERNAC DE CONTABILIDA	4.50		4.5		90			90	100	
378R	TAP TOPICOS DE ATUACAO PROFISS	1.50		1.5		30			30	100	
574Q	ATIVIDADES COMPLEMENTARES					300			300		100
192W	APS ATIVIDADES PRATICAS SUPERVIS					50			50		
Total por Série = 670											

ANEXO E: Grade Curricular - IESP

COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS					
HORÁRIO – SEMESTRE 2014.1					
MATRIZ CURRICULAR 60: ALUNOS INGRESSANTES EM 2010.1 E POSTERIORES (NOVA)					
P1					
	Contabilidade I	Introdução ao Direito	Matemática	Fund. Administração	Fundamento Sócio Antropológico.
P2					
	Mat. Financeira	Contabilidade II	Empreendedorismo	Português Instrumental	Economia
P3					
	Prática Contábil I	Estatística	Direito Trabalhista	Contabilidade Intermediária I	Comportamento Organizacional
P4					
	Cont. Intermediária II	Contab. Governamental I	Noções Atuariais	Análise das Dem. Cont.	Direito Previdenciário
P5					
	Direito Tributário	Plan. e Cont. Tributária	Cont. Governamental II	Cont. Avançada I	Teoria Geral da Contab.
P6					
	Cont. e Análise de Custos	Auditoria I	Cont. Avançada II	Prática Contábil II	Direito Empresarial
P7					
	Perícia, Avaliação e Arbitragem	Cont. e Análise de Cust II	Prática Contábil III	Auditoria II	Gestão Finan. e Orçam.
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: Prof.ª FERNANDA MARQUES					
P8					
	Ética Ger. E Profissional	TCC	Conta. Internacional	Controladoria Estratégica	Tópicos Avançados
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: Prof.ª FERNANDA MARQUES					

Atividades Complementares: Tarefas extraclasse e/ou intra-classe, extensão, pesquisas, participação em eventos, estudos p/ ENADE, LIBRAS etc. (300h/a)
Estágio Supervisionado: Trabalho remunerado em contabilidade, finanças e órgão público ou estágio na área contábil. (300h/a)

Prof. Ms. Peter Aladdin Monteiro Varas
 Coordenador do Curso de Ciências Contábeis - IESP

ANEXO F: Plano de ensino, Contabilidades Governamental - IESP

	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA CURSO: CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DISCIPLINA: Contabilidade Governamental I GRADE: PERÍODO: 4º C.H.: 60 hs/aula SEMESTRE: 2014.1 PROFESSOR: GILMAR MARTINS DE CARVALHO SANTIAGO
PLANO DE CURSO	
1. EMENTA	
Nesta disciplina, o aluno irá conhecer a Contabilidade Governamental e o campo de sua aplicação. Iniciará o estudo do Estado, suas características e a delimitação do Setor Público. Ao longo da disciplina o aluno deverá discernir todas as etapas do ciclo da gestão na Fazenda Pública. Além disso, o aluno deverá absolver conceitos de patrimônio e inventário na Administração Pública, orçamento público, Orçamento Base Zero ou por Estratégia, recursos para execução dos programas, execução do orçamento, receitas públicas e despesas públicas. Por fim, o aluno realizará pesquisas voltadas a exploração do controle interno e do controle externo na Administração Pública e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.	
2. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	
1. Motivar o aluno ao estudo aprofundado de temas voltados à área governamental. 2. Conscientizar o aluno da importância de dominar os instrumentos gerenciais e de controle na Contabilidade Governamental. 3. Expressar suas ideias de forma articulada (início, meio e fim), em relação à Contabilidade Governamental. 4. Elaborar uma apresentação, de forma clara e dinâmica, sintetizando o conteúdo dos trabalhos de pesquisa.	
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Contabilidade governamental e o campo de sua aplicação. 2. Patrimônio e inventário na administração pública. 3. Orçamento público. 4. Receitas públicas. 5. Despesas públicas. 6. Controle interno e externo na administração pública. 7. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.	
4. ATIVIDADE PROGRAMADAS	
Aula 1 – Análise das competências que serão trabalhadas na disciplina. TED – Conceito, elementos e poderes do Estado. Aula 2 – Estudo da formação, funções básicas do Estado e meios para sua Manutenção. TED – Organização do Estado e Entidades políticas e administrativas Aula 3 – Estudo da formação, funções básicas do Estado e meios para sua Manutenção (continuação). TED – Organização do Estado (Art. 18 e 19 da CF/88) Aula 4 – Estudo da fazenda pública, dos principais usuários das Informações contábeis no Setor Público. TED – Finanças Públicas (Arts. 163 e 164 da CF/88) Aula 5 – Estudo da estrutura da Administração Pública. TED – Finanças Públicas (Arts. 8º e 9º da LC 101/2000) Aula 6 – Estudo da atividade financeira do Estado. TED – Patrimônio Público (Bens públicos, afetação e desafetação) Aula 7 – Estudo dos conceitos e aspectos do patrimônio na Administração Pública. TED – Patrimônio Público (Arts. 44 a 46 da LC 101/2000) Aula 8 – Estudo do inventário na Administração Pública. TED – Orçamento Público (Arts. 165 a 169 da CF/88) Aula 9 – Estudo do orçamento nas Constituições Brasileiras e dos princípios do planejamento. TED – Orçamento Público (Arts. 4º a 7º da LC 101/2000) Aula 10 – Estudo das características do orçamento e do Orçamento Base Zero ou por Estratégia. TED – Orçamento Público (Arts. 2º a 8º da Lei nº 4.320/1964) Aula 11 – Estudo dos recursos para execução dos programas de governo e da execução do orçamento. TED – Orçamento Público (Arts. 8º a 10 da LC 101/2000 e da Lei nº 4.320/1964) Aula 12 – Prova de múltipla escolha (20 testes) sobre contabilidade governamental e o campo de sua aplicação, conceitos de patrimônio e inventário na Administração Pública e orçamento público. Aula 13 – Estudo da receita pública e classificações legais da receita orçamentária. TED – Receitas Públicas (Arts. 11 a 14 da LC 101/2000) Aula 14 – Estudo dos estágios ou etapas da receita orçamentária e seu reconhecimento TED – Receitas Públicas (Arts. 51 a 57 da Lei nº 4.320/1964) Aula 15 – Estudo da despesa pública e classificações legais da despesa orçamentária. TED – Despesas Públicas (Arts. 15 a 24 da LC 101/2000) Aula 16 – Estudo dos estágios ou etapas da despesa orçamentária e seu reconhecimento. TED – Despesas Públicas (Arts. 58 a 70 da Lei nº 4.320/1964) Aula 17 – Apresentação de trabalhos sobre o controle interno e do controle externo na Administração Pública. Aula 18 – Apresentação de trabalhos sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.	

Aula 19 – Prova de múltipla escolha (20 testes) explorando as aulas sobre as receitas e as despesas públicas. Aula 20 – Prova final de múltipla escolha (20 testes) contemplando todo o conteúdo ministrado nas aulas.
5. AVALIAÇÃO 1. Prova de múltipla escolha (20 testes) sobre contabilidade governamental e o campo de sua aplicação, conceitos de patrimônio e inventário na Administração Pública e orçamento público. 2. Prova de múltipla escolha (20 testes) explorando as aulas sobre as receitas e as despesas públicas. 3. Trabalho em grupo sobre o controle interno e do controle externo na Administração Pública. 4. Trabalho em grupo sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP. 5. Apresentação oral, 30 minutos, sobre os trabalhos elaborados.
6. BIBLIOGRAFIA GERAL ANGÉLICO, João. <u>Contabilidade pública</u>. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1994. AZEVEDO, Ricardo Rocha, et al. <u>Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público</u>: NBCASP – Comentadas. Blumenau: Nova Letra, 2009. 156 pg. KOHAMA, Heilio. <u>Contabilidade pública – teoria e prática</u>. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. <u>Contabilidade pública: integrando união, estados e municípios</u> (siafi e siafem). São Paulo: Atlas, 2000. PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. <u>Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública</u>. São Paulo: Atlas, 1999. SILVA, Lino Martins. <u>Contabilidade Governamental – Um Enfoque Administrativo da Nova Contabilidade Pública</u>. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009, 366 pg. Normas brasileiras de contabilidade. Disponível em: http://www.cfc.org.br; Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. TCE-PB/SAGRES. Disponível em: http://www.tce.pb.gov.br;

ANEXO G: Plano de ensino, Contabilidades Governamental II - IESP



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA

CURSO: CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DISCIPLINA: Contabilidade Governamental II **GRADE:**

PERÍODO: 5º **C.H.:** 60 hs/aula **SEMESTRE:** 2014.1

PROFESSOR: GILMAR MARTINS DE CARVALHO SANTIAGO

PLANO DE CURSO (MODELO)

1. EMENTA

Nesta disciplina, o aluno irá estudar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP e, de forma autônoma, a partir de um processo estruturado de prática de escrituração das operações típicas na Administração Pública, deverá conhecer os registros contábeis, a apuração dos resultados e levantamento das DCASP. Além disso, o aluno irá desenvolver habilidades para a análise e interpretação dos Balanços Públicos, a partir da vivência das rotinas práticas da contabilidade de uma Prefeitura ou outra entidade, utilizando os documentos reais (prestação de contas junto aos Tribunais de Contas, documentos disponíveis nos Portais de Transparência etc).

2. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Dominar as técnicas de escrituração das operações contábeis na Administração Pública.
2. Desenvolver as habilidades de elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e sua interpretação.
3. Realizar levantamentos de informações sobre prestações de contas, acessando bancos de dados disponíveis na Internet.
4. Elaborar uma apresentação, de forma clara e dinâmica, sintetizando o conteúdo do trabalho de pesquisa sobre a análise e interpretação dos balanços públicos.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Escrituração na Administração Pública (normas contábeis e o PCASP).
2. Registro de operações típicas (subsistemas orçamentário, patrimonial, de custos e de compensação).
3. Elaboração dos balancetes orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação.
4. Elaboração dos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais.
5. Análise e interpretação dos balanços públicos.

4. ATIVIDADES PROGRAMADAS

Aula 1 - Análise das competências que serão trabalhadas na disciplina.
TED – Procedimentos Contábeis referentes à Receita Orçamentária (5ª Ed. MCASP)

Aula 2 – Normas de escrituração e Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.
TED – Procedimentos Contábeis referentes à despesa Orçamentária (5ª Ed. MCASP)

Aula 3 - Registro de operações no subsistema orçamentário (lançamentos básicos).
TED – Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores e Suprimento de Fundos (5ª Ed. MCASP)

Aula 4 - Registro de operações no subsistema orçamentário (lançamentos de encerramento) e elaboração do balancete.
TED – Variações Patrimoniais Qualitativas e Quantitativas (5ª Ed. MCASP)

Aula 5 – Elaboração do balanço orçamentário.
TED – Mensuração de Ativos e Passivos (5ª Ed. MCASP)

Aula 6 - Registro de operações no subsistema patrimonial (lançamentos básicos) e elaboração do balancete financeiro.
TED – Sistema Contábil (5ª Ed. MCASP)

Aula 7 - Elaboração do balanço financeiro.
TED – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP (5ª Ed. MCASP)

Aula 8 – Prova prática de escrituração nos subsistemas orçamentário e patrimonial e elaboração dos balanços orçamentário e financeiro.

Aula 9 - Registro de operações no subsistema patrimonial (lançamentos de encerramento) e elaboração do balancete patrimonial.
TED – Balanço Orçamentário – Conceito, Estrutura e Definições (5ª Ed. MCASP)

Aula 10 - Elaboração do balanço patrimonial.
TED – Balanço Orçamentário – Análise (5ª Ed. MCASP)

Aula 11 - Elaboração da demonstração das variações patrimoniais.
TED – Balanço Financeiro – Conceito, Estrutura e Definições (5ª Ed. MCASP)

Aula 12 - Registro de operações no subsistema de compensação (lançamentos básicos) e elaboração do balancete.
TED – Balanço Financeiro – Análise (5ª Ed. MCASP)

Aula 13 – Análise e interpretação restrita do balanço orçamentário.
Demonstração das Variações Patrimoniais – Conceito, Estrutura e Definições (5ª Ed. MCASP)

Aula 14 – Análise e interpretação restrita do balanço financeiro.
TED – Demonstração das Variações Patrimoniais – Análise (5ª Ed. MCASP)

Aula 15 – Análise e interpretação restrita do balanço patrimonial.
TED – Balanço Patrimonial – Conceito, Estrutura e Definições (5ª Ed. MCASP)

Aula 16 – Análise e interpretação restrita da demonstração das variações patrimoniais.
TED – Balanço Patrimonial – Análise (5ª Ed. MCASP)

Aula 17 – Apresentação de trabalhos sobre a análise e interpretação dos balanços públicos.

Aula 18 – Apresentação de trabalhos sobre a análise e interpretação dos balanços públicos.

Aula 19 – Prova prática de escrituração nos subsistemas patrimonial e de compensação e elaboração do balanço patrimonial e da

demonstração das variações patrimoniais.

Aula 20 – Prova prática final contemplando todo o conteúdo ministrado nas aulas.

5. AVALIAÇÃO

1. Prova prática sobre o registro das operações típicas no subsistema orçamentário e patrimonial e elaboração dos balanços orçamentário e financeiro.
2. Prova prática sobre o registro das operações típicas no subsistema patrimonial e de compensação e elaboração do balanço patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais.
3. Trabalho em grupo sobre a análise e interpretação dos balanços públicos.
4. Apresentação oral, 30 minutos, sobre os trabalhos elaborados.

6. BIBLIOGRAFIA GERAL

ANGÉLICO, João. Contabilidade pública. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

AZEVEDO, Ricardo Rocha, et al. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: NBCASP – Comentadas. Blumenau: Nova Letra, 2009. 156 pg.

BRASIL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 5ª ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2013, 795 pg.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2003

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. Contabilidade pública: integrando união, estados e municípios (siafi e siafem). São Paulo: Atlas, 2000.

MAUSS, César Volnei; SOUZA, Marcos Antônio de. Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas, 2008.

PEIXOTO, João Paulo M.(organizador). Governando o governo: modernização da administração Pública no Brasil. São Paulo: Atlas,

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental – Um Enfoque Administrativo da Nova Contabilidade Pública. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009, 366 pg.

Normas brasileiras de contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>;

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. TCE-PB/SAGRES. Disponível em: <http://www.tce.pb.gov.br>

ANEXO H: Grade Curricular - LUMEN



FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS LUIZ MENDES

ESTRUTURA CURRICULAR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS LUIZ MENDES - LUMEN

1º PERÍODO	C.H	5º PERÍODO	C.H
Contabilidade Básica I	80	Teoria da Contabilidade	80
Matemática Aplicada	80	Orçamento Governamental	80
Teoria Geral da Administração	80	Administração Financeira e Orçamentária	80
Interpretação e Produção de Textos	80	Mercado Financeiro	80
Metodologia do Trabalho Acadêmico	60	Contabilidade e Planejamento Tributário	80
SUBTOTAL	380	SUBTOTAL	400
2º PERÍODO	C.H	6º PERÍODO	C.H
Contabilidade Básica II	80	Contabilidade Governamental	80
Economia I (micro e macro)	80	Contabilidade Internacional	80
Direito do Trabalho	80	Análise das Demonstrações Contábeis	80
Estatística Aplicada	80	Auditoria Contábil	80
Psicologia Organizacional	80	Metodologia Científica Aplicada	40
SUBTOTAL	400	SUBTOTAL	360
3º PERÍODO	C.H	7º PERÍODO	C.H
Contabilidade Intermediária	80	Laboratório de Prática Contábil I	120
Contabilidade de Custos	80	Contabilidade de Sociedades Cooperativas	80
Informática Aplicada	80	Contabilidade Gerencial	80
Direito Empresarial	80	Perícia Contábil	80
Administração da Qualidade	80	Ética Profissional em Contabilidade	40
SUBTOTAL	400	SUBTOTAL	400
4º PERÍODO	C.H	8º PERÍODO	C.H
Contabilidade Avançada	80	Laboratório de Prática Contábil II	120
Análise de Custos	80	Controladoria	80
Direito Tributário	80	Empreendedorismo	40
Marketing I	60	TCC	60
Matemática Financeira	80	Atividades Complementares	200
SUBTOTAL	380	SUBTOTAL	500
Carga Horária Total		3220	

ANEXO I: Plano de ensino, Contabilidades Governamental - LUMEN**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS LUIZ MENDES****PLANO DE ENSINO**

CURSO: Ciências Contábeis	TURNO: Noite	PERÍODO: 6
DISCIPLINA:º Contabilidade Governamental	CARGA HORÁRIA: 72h	
DOCENTE: Karina Vania Camilo de Oliveira Henrique		

EMENTA

Oferecer os conhecimentos contábeis necessários na vida de uma entidade pública tendo em vista suas especificidades bem como o cumprimento de responsabilidades legais.

OBJETIVOS

Introdução à contabilidade pública; normalização financeira/contábil. Legislação Federal. Regimes contábeis; exercício financeiro; créditos adicionais; patrimônio público; receita pública; despesa pública; sistemas de contas; variações patrimoniais; inventário público; demonstrações contábeis públicas; fundos especiais; tomada e prestação de contas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**1ª Unidade**

Contabilidade Pública - Conceito-Campo de Atuação – Legislação aplicável.

Regimes Contábeis- Conceito - Princípios-Regime de Contabilização;

Características e delimitação do setor público,

Fazenda Pública

Principais usuários das informações contábeis do setor público

Plano de Contas- Funções- Graus de Contas-Modelo de Plano de Contas.

Receita Pública - Conceito - Receita Orçamentária - Receita Extra-orçamentária.

Processamento da Receita Pública - Estágios de processamento da receita, Escrituração.

Dívida Ativa.

2ª Unidade

Despesa extra-orçamentária.

Processamento da Despesa Pública - Estágios da despesa, Escrituração;

Restos a pagar.

Dívida Pública - Dívida Flutuante - Dívida Fundada;

Patrimônio Público

Variações Patrimoniais

Inventário Público.

Transparência, Controle e Fiscalização

3ª Unidade

Demonstrações Contábeis -Balanço orçamentário - Balanço financeiro -Balanço patrimonial - Demonstração das Variações Patrimoniais;

Fundos Especiais;

Tomada e Prestações de Contas

METODOLOGIA

Técnica: Aulas expositivas, trabalhos, estudos dirigidos, seminários.

Atividades: Leitura, resolução de exercícios, trabalhos práticos.

(a) aula expositiva com o auxílio do quadro;

(b) aula expositiva com o auxílio do *datashow*;

(c) aula prática, com aplicação de estudos de casos

(d) aplicação de seminários para apresentação dos alunos, com participação do professor, contribuindo com as equipes.

AVALIAÇÃO

A Faculdade Luiz Mendes tem, apenas, a restrição de que seja feita uma prova por “estágio”, totalizando três por semestre, com o mínimo de 50% da nota. Os outros 50% podem ser obtidos por meio de avaliação contínua, a critério do professor, em se tratando da disciplina em foco, os trabalhos serão em equipe, sendo parte deles em sala de aula, com a contribuição do professor.

BIBLIOGRAFIA**Livros adotados**

SILVA, Lino Martins. *Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

QUINTANA, Alexandre Costa. MACHADO, Daiane Pias. III QUARESMA Josy Cristiane da Costa. IV MENDES, Roselaine da Cruz, *Contabilidade Pública: de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal*. São Paulo: Atlas 2011.

ANDRADE, Nilton de Aquino. *Contabilidade pública na gestão municipal*. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei n. 4.320, de 17.03.64. 25. ed. São Paulo: Atlas 2003.

BRASIL. Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000

ANGÉLICO, João. *Contabilidade Pública*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional, *Manual de Contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: procedimentos contábeis patrimoniais*/ Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. – 2. Ed. (V. 1-5)

ANEXO J: Plano de ensino, Orçamento Governamental - LUMEN**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS LUIZ MENDES**

Karina Vania Camilo de Oliveira Henrique
Docente Responsável

CURSO: Contabilidade	TURNO: noturno	PERÍODO: 05
DISCIPLINA: ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL	CARGA HORÁRIA:	
DOCENTE: Fernando Torres da Costa Junior		

EMENTA

Sistema orçamentário .Princípios orçamentários. Processo orçamentário. Receitas Públicas . Despesas Públicas . Controle da Atividade Financeira.

OBJETIVOS

Proporcionar aos alunos conhecimentos sobre os fundamentos teóricos que norteiam a Contabilidade Pública brasileira, integrada à concepção prática que lhe pertine, dos processos de planejamento, orçamento e contabilidade governamental, de modo a possibilitar a compreensão e análise crítica das possibilidades e limites de tais instrumentos dentro do contexto atual da administração pública brasileira, bem como motivar o senso crítico no comportamento do aluno quanto aos aspectos do tema enfocado e a pesquisa a partir da bibliografia recomendada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**SISTEMA ORÇAMENTÁRIO**

instrumentos de Planejamento no setor público: PPA, LDO, LOA.

PRINCÍPIOS ORÇAMENTARIOS

Princípios unidade , universalidade anualidade , especificação , exclusividade , equilíbrio , orçamento bruto da não afetação.

PROCESSO ORÇAMENTARIO

Iniciativa, prazos, não-envio e a não–devolução dos projetos, apreciação pelo poder legislativo comissão de apreciação ,mensagem modificativas

RECEITA PUBLICA

Conceito , classificação , estágios da receita, codificação da receita, critérios e definições pela LRF , dívida ativa.

DESPESAS PUBLICAS

Conceito , classificação , estágios da despesas, codificação da despesa, restos a pagar, suprimimento de fundos, despesas do exercícios anteriores.

CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA

Controle interno e controle externo (poder legislativo)

METODOLOGIA
A aula será desenvolvida através de exposição oral.
RECURSOS UTILIZADOS: Quadro Retroprojeter e/ou Data-show

AVALIAÇÃO
A avaliação contempla a atenção do aluno em sala, bem como sua participação no debate do assunto abordado. Posteriormente serão efetuadas atividades avaliativas escritas e exercícios práticos com dados reais de entes governamentais. A Faculdade Luiz Mendes tem, apenas, a restrição de que seja feita uma prova por “estágio”, totalizando três por semestre, com o mínimo de 50% da nota. Os outros 50% podem ser obtidos por meio de avaliação contínua, a critério do professor.

BIBLIOGRAFIA
MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade aplicada ao setor público. 1 ed. Brasília, 2009. SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011. PISCITELLI, Tathiane . Direito Financeiro esquematizado: 1 ed . São Paulo : Método , 2011 <i>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</i> Rosa, Maria Berenice . Contabilidade do setor público: 1 ed ; São Paulo : Atlas , 2011. Jund , Sérgio. Direito financeiro e orçamentário público: teoria e 500 questões: 2 ed . Rio de Janeiro : Elsevir , 2008 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público. 3. ed. Brasília, 2011. BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Brasília, DF: Senado, 2000.

ANEXO K: Plano de ensino, Laboratório Contábil – UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE - DFC CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

Disciplina: Laboratório Contábil II

Professor/Titulação:

Ms. Valdineide dos Santos Araújo
Esp. Manaíra do Carmo Dantas A. de Melo
Ms. Jaimar Medeiros
Ms. Marcelo Pinheiro de Lucena
Dra. Renata Paes de Barros

Semestre: 2007.1

Créditos: 16

Carga Horária 240 hs/aula

Objetivo:

Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos necessários para a realização das atividades de práticas de contabilidade de custos, levantamentos de dados para elaborar os papéis de trabalhos de auditoria, a análise das demonstrações contábeis, levantamento de orçamentos e balanços de uma contabilidade pública, bem como a realização prática de um procedimento pericial desde seu início com a “nomeação” do perito até a elaboração do Laudo pericial.

MÓDULO I – CONTABILIDADE DE CUSTOS – Carga Horária: 60 hs/ aula

1. Ementa

Realização de trabalhos práticos na área de contabilidade aplicada ao saber industrial: Contabilidade de Custos e sua integração com a Contabilidade Financeira. Tecnologia contábil e implantação de sistemas de custos. Fluxo dos custos. Esquema básico da Contabilidade de Custos. Departamentalização. Apuração do custo total e por unidade produzida.

2. Conteúdo Programático

1. CONTABILIDADE DE CUSTOS
 - 1.1. Conceitos
2. TERMINOLOGIA DE CUSTOS
3. TIPOS DE CUSTOS
4. CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS
5. CUSTO DE PRODUÇÃO
 - 5.1. Material Direto (MD)
 - 5.2. Mão-de-Obra Direta (MOD)
 - 5.3. Custos Indiretos de Fabricação (CIF)
6. CUSTO PRIMÁRIO E DE TRANSFORMAÇÃO
7. CUSTOS DOS PRODUTOS ACABADOS (CPA)
8. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)
9. INTEGRALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CUSTOS À CONTABILIDADE GERAL
10. FLUXO DOS CUSTOS
11. SISTEMA DE CUSTEAMENTO
 - 11.1. Estudo de Caso

Bibliografias:

DUTRA, R. G. Custos: uma abordagem prática: São Paulo: Atlas, 2003.
 MARTINS Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2003.
 NAKAGAWA, M. Gestão Estratégica de Custos. Conceitos, sistemas e implementação. São Paulo: Atlas, 1996.
 LEONE, George S. G. Curso de Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2000.
 VICECONTI, Paulo E. V. Contabilidade de Custos. São Paulo: Frase, 2003.
 Boletim IOB Temática Contábil e Balanços

MÓDULO II – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS- 45 hs

1. Ementa: Demonstrações Contábeis. Ajustes nas Demonstrações Contábeis. Análise das Demonstrações Contábeis: Horizontal e Vertical. Análise de Liquidez. Análise da Rentabilidade. Grau de Endividamento. Análise de Insolvência. Avaliação dos Indicadores. Identificação de Pontos Fortes e Fracos. Relatórios de Análise.

2. Conteúdo Programático:

2.1. Demonstrações Contábeis

- 2.1.1. Balanço Patrimonial. Conceito, estrutura, elementos patrimoniais e ajustes para análise.
- 2.1.2. Demonstração de Resultado do Exercício. Conceito, estrutura, elementos patrimoniais e ajustes para análise.
- 2.1.3. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Conceito, estrutura, elementos patrimoniais e ajustes para análise.
- 2.1.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Conceito, estrutura, elementos patrimoniais e ajustes para análise.
- 2.1.5. Demonstração de Fluxos de Caixa. Conceito, estrutura, elementos patrimoniais e ajustes para análise.
- 2.1.6. Notas Explicativas. Interpretação e ajustes para análise.
- 2.2 Análise das Demonstrações Contábeis
 - 2.2.1. Análise Horizontal. Cálculo e interpretação. Estudo de Caso.
 - 2.2.2. Análise Vertical. Cálculo e interpretação. Estudo de Caso.
 - 2.2.1. Análise de índices. Cálculo e interpretação. Estudo de Caso.
- 2.3. Identificação de Pontos Fortes e Fracos. Relatório de Análise.
 - 2.3.1. Análise da Situação Financeira. Estudo de caso e elaboração de relatório.
 - 2.3.1. Análise da Situação Patrimonial Líquida. Estudo de caso e elaboração de relatório.
 - 2.3.1. Análise da Situação de Endividamento. Estudo de caso e elaboração de relatório.
 - 2.3.1. Análise da Situação de Rentabilidade. Estudo de caso e elaboração de relatório.

Bibliografia:

BRAGA, Hugo Rocha. Análise das demonstrações financeiras. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
 CARVALHO, Emmanuel Rocha. Análise das demonstrações contábeis. João Pessoa: UFPB, 2003.
 IUDÍCIBUS, Sérgio. Análise de Balanços. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2009.
 MATARAZZO, Dante. Análise das demonstrações contábeis. Soa Paulo: Atlas, 2008.
 SILVA, José Pereira. Análise financeira. São Paulo: Atlas, 2009.

MÓDULO III – AUDITORIA - Carga Horária: 60 hs/aula

1. Ementa:

Procedimento básico de auditoria. Programas de auditoria. Elaboração de papéis de trabalho. Avaliação da estrutura de controles internos. Revisão analítica. Disponibilidades. Aplicações financeiras. Estoques. Contas a receber. Imobilizado. Fornecedores e outras obrigações. Empréstimos. Patrimônio líquido. Receitas, despesas e custos. Auditoria de tributos. Relatórios de auditoria.

2. Conteúdo Programático

1. Procedimentos Básicos de Auditoria
 - 1.1 Introdução
 - 1.1.1 Fatos, Evidências e informações,
 - 1.1.2 Extensão e profundidade,
 - 1.1.3 Oportunidade,
 - 1.2. Exame Físico - conceito e exemplos,
 - 1.3. Confirmação - tipos e exemplos,
 - 1.4. Exame dos documentos Originais,
 - 1.5. Conferência de Cálculos,
 - 1.6. Exame da Escrituração,
 - 1.7. Investigação Minuciosa,
 - 1.8. Inquérito,
 - 1.9. Exame dos registros auxiliares
 - 1.10. Correlação das Informações Obtidas.
2. Programas de Auditoria
 - 2.1. Objetivo da auditoria,
 - 2.2. Determinação da abrangência do trabalho,
 - 2.3. Procedimentos de Auditoria,
 - 2.4. Tempo Estimado,
 - 2.5. Referência,
 - 2.6. Indicação dos exames.
3. Elaboração de Papéis de Trabalho
 - 3.1. Definição,
 - 3.2. Objetivos dos papéis de trabalho,
 - 3.3. Aspectos fundamentais dos papéis de trabalho,
 - 3.4. Natureza dos papéis de trabalho,
 - 3.5. Organização dos papéis de trabalho
 - 3.5.1 Codificação dos papéis de trabalho,
 - 3.5.2 Indicação dos exames nos papéis de trabalho,
 - 3.6. Tipos de Papéis de Trabalho,
 - 3.7. Revisão dos papéis de trabalho,
 - 3.8. Normas de Auditoria sobre papéis de trabalho.
4. Avaliação da Estrutura de Controle Interno
 - 4.1. Definição, objetivos
 - 4.2. Princípios fundamentais dos controles contábeis,
 - 4.2.1. Responsabilidades,
 - 4.2.2. Rotinas Internas,
 - 4.2.3 Acesso aos Ativos,
 - 4.2.4 Segregação de funções,
 - 4.2.5 Confronto dos ativos com os registros,
 - 4.2.6 Amarração do sistema,
 - 4.3. Limitações do Controle Interno,
 - 4.4. Desfalques temporários e permanentes,
 - 4.5. Levantamento do Sistema de Controle Interno,
 - 4.6. Teste de Observância/Procedimentos do Controle Interno,

- 4.7. Avaliação do Sistema de Controle Interno e determinação dos procedimentos,
- 5. Revisão Analítica
 - 5.1. Introdução
 - 5.2. Época de realização da revisão analítica,
 - 5.3. Levantamento de dados para revisão analítica,
 - 5.4. Identificação e análise das situações anormais,
 - 5.5. Utilização de Índices econômico-financeiros,
 - 5.6. Papéis de Trabalho,
- 6. Disponibilidades, Aplicações Financeiras
 - 6.1. Introdução, objetivos,
 - 6.2. Principais procedimentos de auditoria,
 - 6.3. Atividade prática.
- 7. Contas a Receber
 - 7.1. Objetivo,
 - 7.2. Revisão do Controle Interno,
 - 7.3. Procedimentos de auditoria - confirmação de saldos,
 - 7.4. Atividade prática.
- 8. Estoques
 - 8.1. Definição,
 - 8.2. Objetivo da auditoria,
 - 8.3. Critérios de avaliação,
 - 8.4. Inventário físico e controles internos,
 - 8.5. Apresentação nas demonstrações financeiras,
 - 8.6. Principais procedimentos.
 - 8.7. Atividade prática.
- 9. Imobilizado
 - 9.1. Definição,
 - 9.2. Objetivos da auditoria,
 - 9.3. Critérios de avaliação
 - 9.4. Depreciação, exaustão e amortização
 - 9.5. Baixa de bens do ativo imobilizado
 - 9.6. Principais procedimentos
 - 9.7. Atividade prática.
- 10. Fornecedores e outras obrigações
 - 10.1. Introdução,
 - 10.2. Aspectos Contábeis,
 - 10.3. Principais procedimentos,
 - 10.4. Atividade prática.
- 11. Empréstimos
 - 11.1 Conceitos,
 - 11.2. Objetivo da auditoria,
 - 11.3. Critérios de avaliação,
 - 11.4. Informações necessárias em notas explicativas,
 - 11.5. Variação monetária e juros,
 - 11.6. Principais procedimentos.
- 12. Patrimônio líquido
 - 12.1. Introdução,
 - 12.2. Capital social
 - 12.3. Reserva de capital
 - 12.4. Ajustes de avaliação patrimonial
 - 12.5. Reserva de lucros
 - 12.6. Ações em tesouraria
 - 12.7. Prejuízos acumulados
 - 12.8. Principais Procedimentos,
- 13. Receitas, despesas e custos.

- 13.1. Objetivo,
- 13.2. Revisão do Controle Interno,
- 13.3. Procedimentos de auditoria,
- 13.4. Atividade prática.
- 14. Auditoria de tributos
 - 14.1. Objetivo,
 - 14.2. Revisão do Controle Interno,
 - 14.3. Procedimentos de auditoria,
 - 14.3.1 Exame das contas correlatas do balanço patrimonial
 - 14.4. Atividade prática.
- 15. Relatórios de auditoria
 - 15.1. Parecer
 - 15.1.1 Conceito,
 - 15.1.2 Normas relativas ao Parecer de auditoria,
 - 15.1.3 Tipos de Parecer,
 - 15.1.4 Atividade prática.
 - 15.2. Carta de Recomendação para melhoria dos Controles Internos
 - 15.2.1 Introdução,
 - 15.2.2 Técnicas de elaboração do relatório,
 - 15.2.3 Atividade prática.

Bibliografia:

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 4ª Ed., 1ª tiragem. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6ª.ed. São Paulo: Atlas, 2003

BOYNTON, William C., JOHNSON, Raymond N., KELL, Alter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002

CFC. **Normas Brasileiras de Contabilidade**

FIPECAFI. Manual de **contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 7ª Ed., 6ª tiragem. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2001

SOUZA, Benedito Felipe de, PEREIRA, Anísio Candido. **Auditoria Contábil: enfoque prático operacional**. São Paulo: Atlas, 2004

Legislação Trabalhista e Previdenciária.

Legislação Tributária.

Regulamento do ICMS

Revista IOB

MÓDULO IV – PERÍCIA 30 hs

I. Ementa

Normas de Perícia Contábil; Planejamento da Perícia; Procedimentos e Técnicas Periciais; Classificação da Perícia: Judicial, Extra-judicial e Arbitral; Papel de Trabalho Pericial; Perito-Contador e Perito-Assistente. Honorários Periciais; Principais Aplicações da Perícia Contábil; Laudo Pericial; Mediação e Arbitragem.

Programa:

O trabalho no laboratório será desenvolver os conhecimentos teóricos vistos anteriormente na prática.

Esta prática será iniciada a luz das Normas de Perícia Contábil, na execução de um Planejamento da Perícia a ser realizada. Neste planejamento serão definidos os Procedimentos e Técnicas a serem utilizados no desenvolvimento do trabalho pericial. Após a conclusão da perícia será orientada a forma de construção da fundamentação da cobrança dos honorários periciais e do Laudo Pericial.

Esta mesma prática será vista sob o enfoque de mediação e arbitragem, para que possam ter noções dos procedimentos dentro desta nova modalidade.

BIBLIOGRAFIA

-
- 1- ALBERTO, Valder Luiz Palombo. *Perícia Contábil*. São Paulo : Atlas, 2000.
 - 2- KOLIVER, Olívio. **Parecer inserido no livreto O objetivo, a controvérsia, a luta pela verdade: Resolução CFC 560/83**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Contabilidade, 1985.
 - 3- DINIZ, Maria Helena. **Código Civil anotado**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
 - 4- JESUS, Damásio E. de. **Código Penal**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
 - NEGRÃO, Theotonio. **Código de Processo Civil**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
 - 5- OLIVEIRA, Juarez de. **Código Comercial**. 41ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996
 - 6- ORNELAS, Martinho Mauricio Gomes de. **Perícia Contábil**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.
 - 7- SÁ, Antonio Lopes de. **Perícia Contábil**. 4ª ed. São Paulo : Atlas, 2000.

MÓDULO V – CONTABILIDADE PÚBLICA – Carga Horária: 45 hs/ aula**1. Ementa:**

Orçamento Público. Sistema Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Demonstração das Variações Patrimoniais.

2. Conteúdo Programático:

1. Elaboração da Proposta Orçamentária.
 - 1.1 Plano Plurianual, lei de diretriz orçamentária e lei orçamentária anual.
 - 1.2 Elaboração da Previsão da Receita conforme sistemática evolutiva e métodos adotados para sua evolução conforme Quadro de Evolução da Receita.
 - 1.3 Classificação da receita conforme estrutura aprovada pela portaria STN nº 340/06.
 - 1.4 Estabelecimento das vinculações das fontes de recursos da Receita dando destaque ao acompanhamento da previsão que estejam por lei vinculados a gastos específicos.
 - 1.5 Elaboração da Evolução da Despesa conforme métodos e procedimentos adotados para sua fixação. Organização das estimativas, conversão da proposta em orçamento e programação da despesa.

- 1.6 Classificação da Despesa: classificação funcional, classificação programática e econômica, conforme portaria do Ministério de Orçamento e Gestão MOG nº 42 de 14.04.99. Elaboração do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD.
2. Acompanhamento e controle da execução do orçamento.
- 2.1 Registro de operações típicas no sistema orçamentário; operações durante o exercício.
- 2.2 Razonetes e balancetes de verificação no sistema orçamentário.
- 2.3 Registro de operações típicas do sistema financeiro resultante da execução orçamentária.
- 2.4 Razonetes e balancetes de verificação no sistema financeiro.
- 2.5 Registro de operações típicas do sistema patrimonial resultante da execução orçamentária.
- 2.6 Razonetes e balancetes de verificação no sistema patrimonial.
3. Balanços e levantamentos de contas.
- 3.1 Demonstrativos de gestão, operações de encerramento do exercício.
- 3.2 Balanço Orçamentário; Quociente de Execução da Receita e Despesa; Quociente do Equilíbrio Orçamentário e Quociente da Cobertura dos Créditos Adicionais.
- 3.3 Balanço Financeiro; Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária; Quociente da Execução Extra-Orçamentária e Quociente do Resultado da Execução Financeira.
- 3.4 Balanço Patrimonial; Quociente da Situação Financeira; Quociente da Situação Permanente; Quociente do Limite de Endividamento e Quociente do Resultado Patrimonial.
- 3.5 Demonstração das Variações Patrimoniais; Quociente da Mutação Patrimonial Passiva; Quociente da Mutação Patrimonial Ativa.
- 3.6 Demonstração das Superveniências Ativas e Passivas e Insubstituições Ativas e Passivas.

Bibliografia

- BEZERRA FILHO, João Eudes. **Teoria, Técnica de Elaboração de Balanços**. Niterói: Impetus, 2004.
- COSTA, Nelson Nery. **Direito Municipal Brasileiro**. 3º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- KOHAMA, Helio. **Balanços Públicos**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MAUSS, Cezar Valnei. **Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental**. São Paulo: Atlas, 2008.
- MOTA, Francisco Glauber Lima. **Curso Básico de Contabilidade Pública**. 2º ed. Brasília: Brasília, 2006.
- PETER, Maria da Glória Arrais. **Manual de Auditoria Governamental**. São Paulo: Atlas, 2003.
- PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 8º ed. rev. São Paulo: Atlas, 2004.
- SANTOS, Francisco Nóbrega dos. **Sistema Tributário Municipal: uma abordagem prática**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.
- SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade Municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ANEXO L: Plano de ensino, Contabilidade Pública -UNIPÊ



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - NAPE

P L A N O D E E N S I N O

Curso: CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
Componente Curricular: Contabilidade Pública	Carga Horária: 60 HORAS	
Modalidade: Presencial (x) Semipresencial () EAD ()		
Período: 4º	Semestre: 2º	Ano Letivo: 2013.1
Professor (a): ELINALDO DE SOUSA BARBOSA		

1. OBJETO DE ESTUDO - A gestão desenvolvida no patrimônio público governamental e não governamental			
2. EMENTA – Estrutura conceitual de gestão e contabilidade pública, compreendendo os setores governamentais e não governamentais, incluindo: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que regem o conceito, campo de aplicação, objeto, objetivos, função social, patrimônio público, plano de contas, escrituração, elaboração e análise das Demonstrações Contábeis Públicas. Custo no setor Público e Controle Interno e Externo, sob a ótica contábil.			
3. OBJETIVOS			
3.1 Geral : Proporcionar ao educando conhecimentos básicos fundamentais da Contabilidade aplicada ao Setor Público com carga horária de 60 h/a, como componente obrigatório na formação plena do curso de Ciências Contábeis abrangendo outras disciplinas como Finanças Públicas, Administração Pública e Planejamento Governamental .			
3.2 Específicos : Dotar o futuro profissional de conhecimentos para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras no âmbito do ambiente público governamental e não governamental; Possibilitar o domínio das responsabilidades no desenvolvimento dos trabalhos envolvendo apurações, perícias, auditorias, controle e execução mediante escrituração de ações patrimoniais governamentais e não governamentais.			
4. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
4.1 Competências: Aplicação adequada das expressões técnicas e científicas das Ciências Contábeis; demonstração abrangente Da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.			
4.2 Habilidades: Exercer suas tarefas com total domínio das funções contábeis; desenvolver , analisar e implantar sistemas de informações contábeis e de controles, exercer com ética as atribuições e prerrogativas que lhes são atribuídas.			
5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:			
Unid.	CONTEÚDOS	Nº Horas Aulas	
		T	P
I	Contabilidade Pública: Administração Pública: Noções de Administração Pública: Entes Públicos, Estrutura da administração pública; órgãos públicos governamentais e não governamentais. Conceito; Objeto: Campo de Aplicação. Informação Contábil Pública; atos e fatos administrativos. Tipos de Fatos contábeis. Princípios contábeis. Receita Pública: Conceito, tipos, classificação econômica. Despesas extra orçamentária Codificação da receita. Receitas quanto as fontes de recursos; etapas da Receita Pública Classificação quanto a natureza. Receitas Intra orçamentária. Dívida Ativa.	16	04
II	Despesa Pública: Conceito; tipos; Classificação econômica. Despesas extra orçamentária. Classificação institucional, funcional e programática. Classificação das despesas segundo a natureza. Despesas Intra orçamentária Codificação das despesas .Etapas da despesa. Suprimentos de Fundos.	16	04



	Despesas de exercícios anteriores. Empenhamento das despesas. Tipos de Empenhos. Subempenho e anulação de empenho. Restos a Pagar. Sistema de Contabilidade: Subsistema orçamentário; Subsistema financeiro; Subsistema Patrimonial; Subsistema de custos; Subsistema de Compensação		
III	Plano de Contas Único. Classificação das contas: Contas de Ativo; Contas de Passivo e Patrimônio Líquido; Contas de Variação Patrimonial Aumentativa e Diminutiva; Contas De Controles orçamentário aprovação e execução e Contas de Controles Devedores e Credores. Escrituração. Lançamentos de receitas e despesa orçamentária e lançamentos de Contas Patrimoniais, de Variações e de contas de Controle.. Demonstrações Contábeis Públicas: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração do Resultado Econômica Apresentação, elaboração e análise das demonstrações contábeis Avaliação, reavaliação, mensuração de ativos. Depreciação, amortização e Exaustão.	16	04
Subtotal da Carga Horária		48	12
Total da Carga Horária		60	

6. METODOLOGIA: Estimular a participação do alunado em questões discursivas com dinâmica de leitura e questões práticas, bem como apresentação e seminários e relacionamentos entre turma de disciplinas afins. Oferecer aulas expositivas com teorias e Apresentação de exercício se trabalhos prático, inclusive estudos de casos.

7. RECURSOS DIDÁTICOS: Quadro branco, retroprojektor, data Show, livros, revistas técnicas, textos, entre outros.

8. AVALIAÇÃO: Avaliação através de participação efetiva, frequência e entrega de tarefas atribuídas. Avaliação pela aplicação de exercícios de verificação de aprendizagem e de provas.

9. BIBLIOGRAFIA

9.1 – Básica - PISCITELLI, Roberto Bocaccio. *Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Pública Brasileira*. Ed. Atlas; SP; 2008.

ANGELICO, João. *Contabilidade Pública na Administração Pública*. Ed. Atlas ; SP; 1976.

KOHAMA, Helio. *Contabilidade Pública; Teoria e Prática*. Ed. Atlas. SP; 2008.

SILVA, Lino Martins. *Contabilidade Governamental Um enfoque administrativo*. Ed. Atlas. SP; 2006.

ANDRADE, Nilton. *Contabilidade Pública na Gestão Municipal*. Ed.; Atlas. SP; 2002.

9.2 – Complementar – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Conselho Federal de Contabilidade. Brasília – 2009.

Motta, Carlos Pinto Coelho. *Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada*. Ed. Del Rey. B. Horizonte . 2000.

Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público . Coordenação de Contabilidade- STN – Brasília - 2010.

Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs – Conselho Federal de Contabilidade- Brasília- 2009

Nascimento, Edson. *Gestão Pública*. Ed. Saraiva – SP 2006.

Machado Jr., Jose Teixeira – A Lei 4.320 COMENTADA –Rio de Janeiro. IBAM – 2003.

ANEXO M: Grade Curricular - UNIPÊ



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ
UBS – UNIPÊ BUSINESS SCHOOL
COORDENAÇÃO DOS CURSOS



Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis
(MATRIZ ADAPTADA)

2º Período			
Componentes Curriculares	Teórica	Prática	Total
Contabilidade Básica II – Cândida Fernandes	45	30	75
Matemática Financeira – Bruno Abreu	60	—	60
Legislação Social – Fátima Marques	60	—	60
Teoria Econômica – Débora Gerlane	60	—	60
Sociologia das Organizações – Ana Paula Falcão	45	—	45
Empreendedorismo – Cláudia Lúcia	60	—	60
Subtotal	330	30	360

3º Período			
Componentes Curriculares	Teórica	Prática	Total
Contabilidade Intermediária – Cândida Fernandes	75	—	75
Orçamento e Finanças Públicas – Antonio Gomes	60	—	60
Estatística Básica – Cristiana Cartaxo (Administração)	60	—	60
Direito Empresarial – Carolina de Brito	60	—	60
Estrutura das Demonstrações Contábeis – Josediton Diniz	30	30	60
Informática Aplicada à Contabilidade – Karoline Lira	15	30	45
Subtotal	300	60	360

4º Período			
Componentes Curriculares	Teórica	Prática	Total
Contabilidade Societária – Hugo Macedo	60	—	60
Direito e Legislação Tributária – Carolina de Brito	60	—	60
Contabilidade de Custos – Paulo César	60	—	60
Contabilidade Pública – Elinaldo Barbosa	45	15	60
Análise das Demonstrações Contábeis – Josediton Diniz	60	—	60
Finanças Empresariais – Cláudia Lúcia	60	—	60
Subtotal	345	15	360

5º Período			
Componentes Curriculares	Teórica	Prática	Total
Métodos Quantitativos – Pedro Davi	60	—	60
Orçamento Empresarial e Análise de Projetos – Revelino Cardoso	30	30	60
Análise de Custos – Ricardo Pereira	60	—	60
Contabilidade Tributária – Rodrigo Nóbrega	60	—	60
Mercado de Capitais – Cláudia Lúcia	60	—	60
Estágio Supervisionado I – Manuel Silva	—	75	75
Subtotal	270	105	375

6º Período			
Componentes Curriculares	Teórica	Prática	Total
Controladoria – Aristófanês Diêgo	60	—	60
Noções de Atuarial – Pedro Davi	60	—	60
Contabilidade Avançada – Humberto Xavier	60	—	60
Contabilidade Gerencial – Ricardo Pereira	60	—	60
Metodologia e técnicas de Pesquisa – André Luz	60	—	60
Estágio Supervisionado II – Manuel Silva	—	75	75
Subtotal	300	75	375

7º Período			
Componentes Curriculares	Teórica	Prática	Total
Sistemas de Informações Contábeis – Sérgio Meneses	45	15	60
Auditoria Contábil – Rodrigo Nóbrega	60	—	60
Teoria da Contabilidade – Vinícius Gomes	60	—	60
Estágio Supervisionado III – Manuel Silva	—	75	75
Trabalho de Conclusão de Curso I – Maria do Carmo	75	—	75
Subtotal	240	90	330

8º Período			
Componentes Curriculares	Teórica	Prática	Total
Tópicos Especiais em Contabilidade – Vinícius Gomes	75	—	75
Perícia Contábil e Arbitragem – Hugo Macedo	60	—	60
Gestão Contábil em Micro e Pequenas Empresas – Aristófanês Diêgo	60	—	60
Ética e Legislação Profissional – Aristófanês Diêgo	60	—	60
Trabalho de Conclusão de Curso II – Maria Sandra Rodrigues	75	—	75
Subtotal	330	—	330

ANEXO N: Plano de ensino, Contabilidade Pública – UFPB




UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

PLANO DE CURSO
 Disciplina: CONTABILIDADE PÚBLICA I
 Carga Horária: 45 horas. Nº de Créditos: 03 Período: ____

Professores: JOSAFÁ ALVES DE LIMA
 JOSÉ VIRGOLINO DE ALENCAR

EMENTA
Conhecimento da Contabilidade aplicada no âmbito da Administração Pública. Transmitir aos alunos, que irão atuar no setor público, os conhecimentos indispensáveis ao domínio dessa técnica aplicada à Administração Financeira no Serviço Público.

OBJETIVO GERAL
Proporcionar aos alunos o conhecimento da Contabilidade Aplicada ao âmbito da Administração Pública. Ensejar aos contabilistas que irão atuar no Setor Público os conhecimentos indispensáveis ao domínio dessa técnica aplicada à Administração Financeira no Serviço Público.

METODOLOGIA
1. Utilização de tabelas de Receita e Despesa aprovada na Administração Pública Federal.
2. Desenvolvimento teórico das Unidades, concomitantemente com

- a demonstração prática de casos no quadro negro.
3. Aplicação prática da Lei Federal n.º 4.320/64.
 4. Visita ao setor de contabilidade da UFPB.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
OBJETIVOS	UNIDADES	H/A
Situar o campo de aplicação da Contabilidade Pública.	UNIDADE I	
	1.1 Conceito;	01
	1.2 Esquema Financeiro e Contábil da União, Estados e Municípios;	02
	1.3 Normatização Financeira e Contábil (Lei Federal 4.320/64);	03
Evidenciar a estrutura dos orçamentos com o fato de facilitar o entendimento posterior dos registros contábeis.	1.4 Administração Pública Direta e Indireta.	01
	UNIDADE II	
	2.1 Tipo de Orçamento;	01
	2.2 Princípios Orçamentários;	
	2.3 Ano Financeiro e exercício Financeiro;	
	2.4 Regime Contábil;	01
	2.5 Créditos Adicionais;	02
	2.6 Programação Financeira;	01
	2.7 Resíduos ativos e passivos.	02
Ensejar o conhecimento da Receita e Despesa Orçamentária.	UNIDADE III	
	3.1 Receita Orçamentária: estágios e classificação;	03
	3.2 Despesa Orçamentária: estágios e classificação;	04
	3.3 Arrecadação da receita;	03
Ensejar o conhecimento da Receita e Despesa Extra-Orçamentária.	3.4 Realização da Despesa.	01
	UNIDADE IV	
	4.1 A Receita e Despesa Extra-Orçamentária;	01
	4.2 As antecipações de Caixa;	01
	4.3 Os fundos e programas especiais;	01
	4.4 A movimentação de	01



	disponibilidades financeiras.	
Ensejar o conhecimento dos suportes das atividades meios dos Órgãos Públicos.	UNIDADE V 5.1 Licitação; 5.2 Alienação de bens; 5.3 Almoxarifado no Serviço Público.	01 01
Evidenciar ao aluno a estrutura do Controle Financeiro, Contábil e de auditoria no Serviço Público.	UNIDADE VI 6.1 O Controle Externo; 6.2 O Controle Interno; 6.3 Normas de descentralização de Créditos Orçamentários e Adicionais.	02 01
Demonstrar os procedimentos que a técnica contábil utiliza para acompanhar a evolução do Patrimônio Público.	UNIDADE VII 7.1 Plano de Contas: - Sistema Orçamentário; - Sistema Financeiro; - Sistema Patrimonial. 7.2 Prestação de Contas; 7.3 Balanço Econômico; 7.4 Balanço Orçamentário; 7.5 Balanço Financeiro; 7.6 Balanço Patrimonial.	02 01 01 01 01 01 01

BIBLIOGRAFIA

1. ANDRADE, Benedito de. Contabilidade Pública. Ed. Atlas,
2. ALDE, Armando. . Contabilidade Pública. Ed. Atlas,
3. ANGÉLICO, João. . Contabilidade Pública. Ed. Atlas,

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

1. Uma prova escrita após concluídas as aulas dos OBJETIVOS 1 E 2.
2. Um trabalho em casa sobre o OBJETIVO 3.
3. Um trabalho em classe sobre o OBJETIVO 4.
4. Uma prova escrita após concluídas as aulas do OBJETIVO 7.
5. Exames finais sobre toda matéria do Curso.